



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 022

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 23 DE ABRIL DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição	Durval Amaral
PTB	Valdir Rossoni
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PPB	Duílio Genari
PT	Luciana Rafagnin
PDT	Neivo Beraldin
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Chico Noroeste
PPS	Waldir Leite
PSB	Ratinho Júnior
PSC	Mauro Moraes

Representação Partidária

PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PMDB - 08: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Nereu Moura; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães - Rafael Greca; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - José Maria Ferreira - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho - Vanderlei Iensen; PSDB - 05: Ademar Traiano - Ailton Araújo - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck (em licença); PPB - 4: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 05: Carlos Simões - Jocelito Canto - Luiz Accorsi - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 02: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PSC - 01: Mauro Moraes.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 022ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
23 DE ABRIL DE 2003**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Nelson Garcia e Delegado Bradock.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Indicações:

INDICAÇÃO Nº 01/2003

Exmo. Sr. secretário da Segurança Pública:

O deputado Delegado Bradock se dirige a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1 - A criação, em caráter emergencial, de um posto de atendimento do Corpo de Bombeiros na cidade de

Laranjeiras do Sul, o qual terá competência para atuar em Laranjeiras do Sul, Virmond, Canta Galo, Porto Barreiro, Rio Bonito do Iguaçu, Nova Laranjeiras e Marquinhos.

2 - Para o devido funcionamento do posto de atendimento supra mencionado, caberia ao Corpo de Bombeiros estruturá-lo com pessoal e equipamentos adequados às necessidades da região, com um número não inferior a 24 (vinte e quatro) pessoas.

Sala das Sessões, em 23.04.2003.

(a) **DELEGADO BRADOCK**

JUSTIFICATIVA:

Esta indicação tem por objetivo sugerir a criação de um posto de atendimento do Corpo de Bombeiros para atuar na cidade de Laranjeiras do Sul e demais cidades da região sendo elas: Virmond, Canta Galo, Porto Barreiro, Rio Bonito do Iguaçu Nova Laranjeiras e Marquinhos, considerando que estas cidades circundam o município de Laranjeiras do Sul e todas são atendidas pelo Corpo de Bombeiros da cidade de Guarapuava.

Cabe ressaltar que Guarapuava encontra-se a aproximadamente 114 km de Laranjeiras do Sul, distância esta muito elevada quando se pensa em atendimento emergencial, por exemplo, na ocorrência de incêndios, pois até percorrê-la certamente muitas famílias terão seus bens e pertences perdidos pela ação implacável do fogo.

A população daquela região não pode ser esquecida por esta Assembléia Legislativa do Estado, pois assim como todos desejam estar amparados na eminência de catástrofes e de casos fortuitos, aquela região da mesma forma clama por um posto de atendimento do Corpo de Bombeiros que irá dar-lhe a segurança nesta área de atuação.

Neste termos, justifica-se a criação do posto de atendimento do Corpo de Bombeiros na cidade de Laranjeiras do Sul.

INDICAÇÃO Nº 02/2003

Exmo. Sr. secretário da Segurança Pública:

O deputado Delegado Bradock se dirige a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1 - A criação na cidade de Laranjeiras do Sul, no Centro-Oeste do Estado do Paraná, da 21ª Subdivisão da Polícia Civil, bem como ainda a implantação concomitante do Instituto Médico Legal.

2 - Pertenceria à 21ª Subdivisão Policial as seguintes cidades: Laranjeiras do Sul, Nova Laranjeiras, Marquinhos, Virmond, Porto Barreiro, Rio Bonito do Iguaçu, Cantagalo, Quedas do Iguaçu, Espigão do Iguaçu, Palmital e Laranjal.

3 - Caberia ao Estado do Paraná através da Secretaria Estadual da Segurança Pública, suprir o efetivo da Subdivisão Policial criada de acordo com as necessidades da região.

Sala das Sessões, em 23.04.2003.

(a) **DELEGADO BRADOCK**

JUSTIFICATIVA:

Esta indicação tem por objetivo sugerir a criação da subdivisão de Laranjeiras do Sul, bem como a criação

do IML em vista da grande necessidade deste órgão policial na região, em virtude do aumento populacional na região por longos anos a fio sem o devido reconhecimento da importância da região dentro do Estado.

Em face ao crescimento da população de Laranjeiras do Sul, Virmond, Nova Laranjeiras, Marquinhos, Quedas do Iguaçu, Cantagalo, Rio Bonito do Iguaçu e Porto Barreiro e que a área de abrangência da 14ª Subdivisão Policial sediada em Guarapuava e que atende às seguintes cidades além das mencionadas acima: Guarapuava, Cândói, Palmital, Pitanga, Laranjal, Espigão Alto do Iguaçu, Goioxim, Foz do Jordão, Turvo, Mato Rico, Prudentópolis, Reserva do Iguaçu, Santa Maria do Oeste, Pinhão, Nova Tebas, ou seja, são ao total 26 municípios na área de abrangência da 14ª Subdivisão Policial de Guarapuava, deixando de atender com eficiência a população da região Centro-Oeste do Estado pois além do número de cidades é também enorme a área em extensão territorial, o que dificulta ainda mais a presença policial na região não cumprindo com a finalidade da polícia judiciária na região.

Outrossim, ainda destacamos que o efetivo da Polícia Civil da 14ª SDP é caótica, senão vejamos:

a) 08 delegados de polícia para 26 cidades, onde temos oito sedes de comarca;

b) 19 escrivães de polícia para 26 cidades;

c) 43 investigadores de polícia;

d) 3183 inquéritos policiais;

e) 316 presos.

Destaca-se ainda que, segundo a ONU, o ideal de policiais por número de habitantes é em torno de 03 policiais para cada 1000 habitantes, o que nesta região está muito aquém das expectativas mundiais, senão vejamos: existem cerca de 73 policiais na região toda, onde deveria existir - segundo a ONU - cerca de 1500 policiais, pois a população da região toda é de aproximadamente 500.000 habitantes. Vejam então a diferença gritante que está ocorrendo com a proporcionalidade de policial por habitante.

Outro aspecto importante, que existe somente um Instituto Médico Legal para atender toda esta população, que há muito está esquecida dos governos estaduais, não se pode aceitar apenas um órgão como o IML para atender toda esta população, ou seja, é um desrespeito para com o cidadão que paga seus impostos. Há casos de uma família em estado de dor por ter perdido um ente querido, ficar até 12 ou 14 horas para ter o corpo do seu familiar liberado pelo IML mais próximo, que no caso desta região ou se leva para Guarapuava ou Pato Branco ou para Ponta Grossa, sem falar ainda mais dos exames de lesões corporais ou outros tipos de exames que a justiça reclama ou ainda demais exames de natureza corriqueira que deveriam ser feitos por médicos legistas, mas que muitas vezes o delegado - quando há delegado - nomeia algum médico dos hospitais que com boa vontade fazem o exame muitas vezes sem a qualificação para tal, tendo em vista que não é sua especialidade.

Enfim, há necessidade premente que seja instalada com urgência a 21ª SDP de Laranjeiras do Sul para que com a instalação, por mais precária que seja, é um grande avanço, trazendo muitos benefícios para toda a região e principalmente, tirando do esquecimento toda esta região.

Destaca-se que com a criação da sede da Subdivisão Policial em Laranjeiras do Sul, estaremos devolvendo a esta cidade a marca de sede regional como ela já o é, em muitos outros campos da economia paraense.

INDICAÇÃO Nº 03/2003

Exmo. Sr. secretário da Segurança Pública:

O deputado Delegado Bradock se dirige a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1 - A criação, no âmbito das Polícias Civil e Militar, o auxílio-moradia, sempre reajustado de acordo com os índices de inflação, a todos os servidores públicos na ativa integrante dos quadros das instituições policiais acima mencionadas que comprovem pagar aluguel ou financiamento de casa própria no valor de até R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais) ao mês, por um prazo de até 25 (vinte e cinco) anos.

2 - Ficaria, também, criado no âmbito das Polícias Civil e Militar o auxílio-transporte para todos os servidores públicos ativos integrantes dos Quadros das Instituições acima mencionadas, no valor em espécie e ao mês, equivalente a 40 (quarenta) passagens de ônibus municipal da região onde esteja lotado.

Sala das Sessões, em 23.04.2003.

(a) DELEGADO BRADOCK

JUSTIFICATIVA:

Esta iniciativa da presente indicação tem por objetivo reparar uma injustiça há anos enfrentada pelas corporações das Polícias Civil e Militar. No que se refere ao auxílio-moradia, deve-se ressaltar a urgência deste benefício. Não é justo e nem moral e tampouco recomendável que um servidor integrante dos quadros das Polícias Civil e Militar tenha como endereço de sua residência uma favela e/ou um local de invasão, expondo a sua vida e da sua família em risco, além de poder ser corrompido pela promiscuidade que normalmente é produzida por algumas facções.

Quanto ao auxílio-transporte, se faz necessário para evitar que um policial - seja ele Militar ou Civil, fique exposto com sua farda ou colete em ruas ou rodovias solicitando carona de terceiros, subjugando a sua autoridade e colocando em risco sua vida.

Trata-se de fator dignidade, pois um servidor público com a responsabilidade que tem, com a autoridade que tem que impor, considerando ainda a exposição ao perigo diário que tem que se sujeitar no desempenho da atividade policial, deve ser mais valorizado e no mínimo ter condições básicas para locomover-se até seu trabalho, bem como morar com sua família em local digno e seguro.

INDICAÇÃO Nº 04/2003

Exmo. Sr. secretário da Segurança Pública:

O deputado Delegado Bradock se dirige a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1 - A criação do Batalhão de Operações Especiais - Bope, com competência em todo o Estado, composto pela Companhia do Choque e seus grupos, com consequente aumento de efetivo e demais estruturas.

2 - Caberia ao Batalhão de Operações Especiais organizar a atuação dos grupos da companhia do Choque, bem como as designações de pessoal que irão compor cada grupo.

3 - Comporia o Bope, os grupos Coe - Comando de Operações Especiais, a Rone, e o Canil da Polícia Militar.

Sala das Sessões, em 23.04.2003.

(a) DELEGADO BRADOCK

JUSTIFICATIVA:

Cabe salientar que a criminalidade em nosso estado encontra-se crescendo assustadoramente nos últimos anos, não somente em quantidade de crimes mas principalmente na violência e na especialização dos delitos que acabam acontecendo por falta de inibição adequada, ou seja, a prevenção/repressão não se apresenta de forma a coibir efetivamente o acontecimento ilícito. Desta forma, a política ostensiva preventiva, a qual os criminosos visualizam com maior facilidade, deve estar muito bem preparada para acompanhar a evolução e a especialização com que os criminosos têm desenvolvido suas atividades ilícitas.

A criação de um Batalhão de Operações Especiais - Bope, vem ao encontro desta necessidade emergente de suprimir as atividades ilícitas, pois a Companhia do Choque com seus grupos Rone e Canil, necessitam de um aumento de efetivo policial e de equipamentos que somente poderão advir com a aprovação de uma lei que cria a partir desta Companhia do Choque, um batalhão, a fim de efetivamente aumentar o seu pessoal e com isso atender melhor a população tão carente de segurança pública, e desta forma acompanhar a evolução dos delitos e combatê-los com especialidade, ou seja com operações especiais, vale dizer, grupos de homens especialmente preparados fazendo a segurança pública.

Nestes termos, justifica-se a presente indicação que sugere a criação do Batalhão de Operações Especiais - Bope.

INDICAÇÃO Nº 05/2003

Exmo. Sr. secretário da Agricultura:

O deputado Delegado Bradock se dirige a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1 - A criação da Central de Abastecimento do Paraná - Ceasa, na região conhecida como Norte Pioneiro, a ser estruturada na cidade de Santo Antonio da Platina.

2 - Para o devido funcionamento da Central de Abastecimento do Paraná - Ceasa, na cidade de Santo

Antonio da Platina, ficaria estabelecido a competência para organizar e promover toda a estrutura necessária, com a respectiva aquisição de bens e serviços, o Ceasa - Paraná, com sede na Capital do Estado.

Sala das Sessões, em 23.04.2003.

(a) DELEGADO BRADOCK

JUSTIFICATIVA:

Prende-se esta indicação que sugere a criação da Central de Abastecimento do Paraná - Ceasa, na cidade de Santo Antonio da Platina, por ser tal região um pólo produtivo de hortifrutigranjeiros, devido a aptidão dos produtores daquela região, considerando que a maioria das propriedades rurais são de pequeno e médio porte, e consequentemente direcionam suas produções para a produção de hortifrutigranjeiros.

Salienta-se que o Ceasa mais próximo encontra-se na cidade de Londrina, ou seja, a aproximadamente 180Km, o que acaba por onerar significativamente o custo final dos produtos devido o transporte dos mesmos àquele Ceasa.

Por outro lado, há de se analisar ainda logisticamente a posição privilegiada da cidade de Santo Antonio da Platina em relação a outros pólos comerciais no Estado vizinho de São Paulo, o que certamente facilitaria o mercado interestadual.

Finalmente, pelo tamanho da região cabe ainda ressaltar que o mercado envolvendo o Norte Pioneiro como um todo, trata-se de um centro de consumo que merece ser melhor explorado.

Nestes termos, justifica-se a criação da Central de Abastecimento do Paraná na região do Norte Pioneiro, na cidade de Santo Antonio da Platina.

INDICAÇÃO Nº 06/2003

Exmo. Sr. secretário da Fazenda:

O deputado Reni Pereira se dirige a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - A redução para 7% (sete por cento) da alíquota do ICMS cobrado para o alho.

Sala das Sessões, em 23.04.2003.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista que os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro reduziram para 7% a carga tributária do ICMS nas operações com alho, há necessidade de dar tratamento tributário isonômico aos contribuintes paranaenses, especialmente no caso de importação, pois caso contrário as importações passarão a ser feitas por outros Estado, com perda de arrecadação para o Estado do Paraná, além de diminuição econômica do setor correspondente.

INDICAÇÃO Nº 07/2003

Exmo. Sr. secretário dos Transportes:

O deputado Reni Pereira se dirige a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - A estadualização do trecho de vinte e oito quilômetro de estradas municipais que ligam os municípios de Altamira do Paraná a Laranjal.

Sala das Sessões, em 23.04.2003.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

O referido trecho liga as regiões Centro e Sul do Estado, encurtando em muito a distância de diversos municípios da região com a Capital do Estado e o Porto de Paranaguá, propiciando aos mesmos maiores investimentos e facilidades no escoamento da safra agrícola.

A iniciativa é uma reivindicação de lideranças políticas e comunitárias da região, em face da defasagem econômica da mesma em relação às demais do Estado, sendo uma das principais razões deste quadro a precariedade das estradas ou a falta de acesso.

O trecho a ser estadualizado conta com a conservação atual dos municípios de Altamira do Paraná e Laranjal, entretanto é notório que as condições de conservação da mesma não atendem as necessidades regionais e as condições de trafegabilidade que a mesma requer, desta forma a estadualização constituir-se-á numa integração regional através do prolongamento da Rodovia PR-364 que hoje inicia no trevo de Campina da Lagoa e termina no trevo de Marquinho.

INDICAÇÃO Nº 08/2003

Exmo. Sr. Secretário da Segurança Pública:

O deputado Delegado Bradock se dirige a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1 - O delegado de polícia que cumulativamente com o exercício da função de titular de delegacia chefiar como substitutivo outra Delegacia de Polícia Distrital ou Especializada por mais de 30 (trinta) dias, perceberá como gratificação de substituição importância igual a um terço da parte básica dos vencimentos do seu cargo acrescida do fator de valoração por risco de vida e saúde.

2 - O ato de substituição de competência do diretor da Polícia Civil vigorará a partir de sua expedição e pelo prazo nele estabelecido, cessando seus efeitos:

I - por revogação;

II - por reassunção do titular;

III - por designação de titular, no caso de delegacia vaga.

3 - Em nenhum caso poderá ocorrer percepção simultânea de mais de duas (02) gratificações de substituição.

4 - O delegado de Polícia deverá estar lotado na mesma circunscrição da subdivisão policial.

Sala das Sessões, em 23.04.2003.

(a) DELEGADO BRADOCK

JUSTIFICATIVA:

Com a extinção dos delegados de polícia denominado "calças curtas" (assistentes de segurança) no Estado do Paraná, por decisão do egrégio Supremo Tribunal Federal com o respectivo impedimento de praticarem atos de comando da investigação policial (portarias, fla-

grantes, etc) o delegado do interior do Estado passou a responder por todas as delegacias dos municípios da região em que responde pela respectiva circunscrição.

A indicação ora apresentada insere a gratificação por substituição consideração por exemplo os gastos de locomoção e outras despesas por esse acréscimo de trabalho.

Nada mais justo que repor o desembolso ao delegado de polícia que além de responder por sua delegacia venha também a responder por mais outra delegacia de polícia em face da falta de delegado concursado e formado em direito até que seja preenchida a referida vaga.

A presente proposta teve o cuidado de gratificar somente duas substituições com a dotação orçamentária específica.

Salienta-se que em todo o Estado são aproximadamente 50% de municípios sem delegado de polícia de carreira, bem como um número de 40 delegados de polícia que já se aposentaram e deixaram suas vagas em aberto. Maiores detalhes sobre a deficiência poderão ser buscados junto ao GARH do Departamento da Polícia Civil.

Nestes termos justifico a presente indicação que institui a gratificação de substituição para os titulares de delegacias de polícia.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 702

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a diminuição de interstício para a realização da Sessão Ordinária, antecipando a Sessão do dia 24 de abril, quinta-feira.

Sala das Sessões, em 23.04.2003.

(a) LUIZ ACCORSI

REQUERIMENTO Nº 707

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o arquivamento dos Projetos de Lei nºs 69/2003 e 85/2003, de sua autoria, tendo em vista que está entrando com proposições de indicação para objetivar a execução dos projetos a serem arquivados.

Sala das Sessões, em 23.04.2003.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 715

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o arquivamento dos Projetos de Lei nºs 15/2003, 140/2003, 141/2003, 142/2003, 143/2003 e 144/2003, de sua autoria, tendo em vista que está

entrando com proposições de indicação para objetivar a execução dos projetos a serem arquivados.

Sala das Sessões, em 23.04.2003.

(a) DELEGADO BRADOCK

REQUERIMENTO Nº 724

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o desentranhamento do Projeto de Lei nº 275/2002 que autoriza a instalação da Pequena Central Hidrelétrica Boa Vista II com eixo de barragem localizado no Rio Marrecas, município de Turvo.

Sala das Sessões, em 23.04.2003.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

REQUERIMENTO Nº 703

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de profundo pesar pelo falecimento do senhor Moacir Lemes, ocorrido em 08.03.2003, no município de Cascavel.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao vereador Julio Lemes da Silva, para que o mesmo transmita aos familiares o nosso pesar pelo falecimento do querido pai.

Sala das Sessões, em 23.04.2003.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 705

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, votos de congratulações pela inauguração das instalações da Central de Atendimento Empresarial de Cascavel - Fácil e do Centro de Treinamento Empresarial - Sebrae.

Requer, ainda que do presente se dê ciência ao Ilustríssimo Sr. Ágide Meneguette, presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae/PR e ao Ilustríssimo Sr. Hélio Cadore, diretor-superintendente do Sebrae, no seguinte endereço: Escritório Regional do Sebrae - Av. Tancredo Neves, 126- Cascavel-PR.

Sala das Sessões, em 23.04.2003.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 708

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao município de Guaratuba pela passagem, no próximo dia 29 de abril, de seus 232 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Excelentíssimo senhor Miguel Jamur, prefeito municipal, em exercício, bem como a todos os senhores vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Guaratuba.

Sala das Sessões, em 23.04.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Dia 29 de abril próximo, a população de Guaratuba, estará comemorando o transcurso de seus 232 anos de emancipação política.

Histórico de Guaratuba

Guaratuba é um dos mais antigos municípios do Estado do Paraná, estando entre os cinco que foram fundados no regime colonial. Seus iniciais moradores se estabeleceram por aqui em 1656, por conta do capitão-mor Gabriel de Lara.

Em 05 de dezembro de 1765, D. Antônio de Souza Botelho Mourão, governador da Capitania de São Paulo, determinou a formação de uma povoação na enseada de Guaratuba. Esta tarefa foi entregue a Afonso Botelho de San Payo e Souza, que para colocá-la em prática requisi-tou duzentos casais de trabalhadores, que se dispusessem a cultivar a terra descoberta.

Em 29 de abril de 1771, o povoado foi elevado à categoria de vila, com a denominação de Vila São Luiz de Guaratuba da Marinha.

Em 20 de outubro de 1938, por força do Decreto Lei Estadual nº 7.573, foi extinto o município de Guaratuba, passando a ser distrito, com território pertencente ao município de Paranaguá. Somente em 10 de outubro de 1947, pela Lei nº 02, e que foi restaurada a autonomia municipal, sendo reinstalado no dia 25 de outubro do mesmo ano. Desta nova fase política, o primeiro Prefeito Municipal foi o Sr. Berilo da Cunha Padilha.

Está de parabéns toda a população de Guaratuba na significativa data de 29 de abril, em que se comemora mais um aniversário de sua emancipação política.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumprimenta efusivamente toda a população guaratubana na certeza de que continuarão na trilha do progresso.

REQUERIMENTO Nº 720

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, deputado estadual que este subscreve, pede ao egrégio Plenário a inserção nos anais da presente Sessão, voto de congratulações ao município de Campo Mourão, que por meio da Secretaria Especial da Cultura - Academia Municipal de Ballet criou no ano de 2001, e mantém o Corpo de Baile Municipal.

(a) Sala das Sessões, em 23.04.2003.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Com o objetivo de divulgar a arte e também valorizar e incentivar os artistas da cidade de Campo Mourão

foi criado o Corpo de Baile Municipal - Academia Municipal de Ballet, no ano de 2001, hoje com 12 (doze) bailarinas.

Em espetáculos de Dança Clássica ou em outra modalidade, divulga esta arte apresentando recitais volante, pelos lugares mais inusitados do Paraná e pelo nosso imenso País. Ao mesmo tempo o Município recebe o reconhecimento da população mourãoense, dos artistas, das artes e agora desta Casa de Leis pela manutenção do Corpo de Baile Municipal.

Faça-se o registro desse importante trabalho realizado pelo Município de Campo Mourão, que por meio da Secretaria Especial de Cultura - Academia Municipal de Ballet, tem elevado o nome do nosso Estado no cenário cultural e artístico do Brasil.

Aos 150 anos da emancipação do nosso Paraná e 503 anos do descobrimento do Brasil.

REQUERIMENTO Nº 721

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão Plenária de hoje, votos de congratulações pela posse do senhor Hélio Cardoso Derenne, como diretor geral da Polícia Rodoviária Federal.

O homenageado exerceu o cargo de Policial Rodoviário Federal do Estado do Paraná, desde 1971 a 1995. Posteriormente assumiu a Superintendência Regional da Polícia Rodoviária no Estado do Paraná. Agora, face ao seu excelente desempenho, é galgado a posição de diretor geral da Polícia Rodoviária Federal.

Não é demais mencionar que a sua carreira como Policial Rodoviário foi marcada pela sua grande disposição em servir de forma digna e correta a sociedade, enfrentando todos os percalços de uma atividade inóspita e arriscada, mas de fundamental importância para a segurança dos cidadãos.

Requerem, outrossim, que da decisão desta Casa de Leis, seja dada ciência ao ministro da Justiça do Brasil, Exmo. Sr. Márcio Thomaz Bastos, na Esplanada dos Ministérios - Bloco T- Brasília - DF - 70694-900; ao Ilmo. Sr. Reginaldo Agner, presidente do Sindicato dos Policiais Rodoviários do Estado do Paraná, na Rua Delegado Leopoldo Belzaki, 491 - sala 4 Curitiba - PR, 82800-220, assim como ao senhor Hélio Cardoso Derenne, no Departamento de Polícia Rodoviária Federal, no seguinte endereço: SSN 506 projeção 08 - Asa Norte - Brasília- DF - 70740-503.

Sala das Sessões, em 23.04.2003.

(aa) RENI PEREIRA
HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 710

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após

ouvido o douto Plenário, e considerando o disposto no artigo 234 da Constituição do Estado do Paraná, envio de expediente à Secretaria de Estado da Administração, solicitando informar qual a data e o número do Diário Oficial do Estado, que divulgou a relação completa dos servidores lotados por órgão ou entidades, da administração pública direta, indireta e fundacional em cada um de seus Poderes, indicando o cargo ou função e o local de seu exercício, para fins de recenseamento e controle.

Sala das Sessões, em 23.04.2003.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 704

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Diretor Superintendente da Fundepar, Maurício Requião de Mello e Silva, solicitando a liberação de recursos para a construção de uma quadra de esportes com cobertura para a Escola Municipal Ana Paula, localizada no Município de Marechal Cândido Rondon.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao vereador Oladir Turmina, na Câmara Municipal de Marechal Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 23.04.2003.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

A Escola Municipal Ana Paula, localizada no Bairro de mesmo nome, no município de Marechal Cândido Rondon, está encontrando sérias dificuldades em realizar as atividades fiscais, que estão acontecendo em locais não apropriados, como em cima de pedras britas ou no meio da rua, daí a necessidade de uma quadra de esportes naquele estabelecimento de ensino.

REQUERIMENTO Nº 706

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao secretário estadual de Saúde Claudio Xavier, para que seja agilizada com urgência a implantação de leitos hospitalares com UTI's (Unidade de Terapia Intensiva) nos hospitais do Norte Pioneiro principalmente nos municípios de Jacarezinho e Santo Antonio da Platina.

O presente requerimento deve-se pela existência de um único leito de UTI para atender a 28 municípios do Norte Pioneiro, nos hospitais da região, que atendem aproximadamente quatrocentos mil habitantes.

Sala das Sessões, em 23.04.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 723

Senhor Presidente:

O deputado estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER à mesa, na forma do inciso IV

do artigo 18 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná e da Constituição Estadual, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, solicitando as seguintes informações a respeito de repasse de recursos para organizações não governamentais do Paraná, com finalidades ambientalistas, nos últimos 5 anos:

- relação de todas as ONG's que receberam recursos públicos do Estado do Paraná;
- forma como se deu o repasse dos recursos;
- total de recursos repassados para as mencionadas entidades;
- critérios adotados para selecionar as entidades que deveriam receber recursos e as que não deveriam;
- os trabalhos desenvolvidos pelas entidades com os recursos repassados pelo Estado do Paraná. Há relatórios? Em caso afirmativo, juntá-los;
- método de fiscalização e acompanhamento da utilização dos recursos públicos;
- relação de entidades que não tiveram suas contas aprovadas;
- a ONG Rede Brasileira para Conservação dos Recursos Hídricos e Naturais, Amigos das Águas, recebeu recursos públicos do Estado do Paraná;
- qual o procedimento para uma Entidade Não Governamental candidatar-se para receber recursos públicos?

Sala das Sessões, em 23.04.2003.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

Há muitas ONG's que prestam relevantes serviços à coletividade e aplicam adequadamente os recursos recebidos de Órgãos Públicos. Por outro lado há muitas denúncias a respeito de uso indevido e até de desvios de recursos.

Esse pedido apresenta-se no sentido de ampliar o controle sobre os repasses feitos às já mencionadas entidades. O pedido fundamenta-se no inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição Federal, na Constituição Estadual do Paraná e no Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná. Fundamenta-se principalmente no artigo 55 e artigo 90 inciso V, ambos da Constituição Estadual do Paraná.

Solicitar informações é uma prerrogativa do deputado estadual e importante instrumento de acompanhamento e fiscalização dos atos do Poder Executivo e Legislativo Estadual.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 226/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criado o Programa de Habitação Rural no Estado do Paraná, vinculado à Secretaria Especial da Política Habitacional.

Art. 2º - O objetivo do Programa de Habitação Rural é financiar a construção, reforma e/ou ampliação de moradias rurais aos agricultores familiares.

Art. 3º - O valor do financiamento a ser concedido é de R\$8.000,00 (oito mil reais).

Art. 4º - Serão beneficiários deste financiamento os agricultores familiares que atendam aos seguintes requisitos:

I - utilizar o trabalho direto seu e de sua família na exploração agrícola da terra;

II - não deter, a qualquer título, área de terra superior a 04 (quatro) módulos fiscais;

III - ter a renda familiar, proveniente da exploração agropecuária, pesqueira ou extrativa;

IV - residir na propriedade há pelo menos 01 (um) ano;

V - possuir declaração de aptidão fornecida pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais do respectivo município do beneficiário.

Art. 5º - A concessão do financiamento obedecerá os seguintes parâmetros:

I - carência de até 01 (um) ano e meio;

II - prazo de amortização de no máximo 10 (dez) anos;

III - prazo de 180 dias, após a liberação do recurso, para a conclusão da reforma, construção ou ampliação da moradia rural.

Parágrafo Único - A amortização será feita pelo valor nominal contratado, observado o prazo de carência prevista no inciso I deste artigo, sendo o mesmo sob a forma de equivalência produto da atividade principal do beneficiário, podendo ser o vencimento em parcelas anuais ou semestrais, conforme opções do agricultor.

Art. 6º - Os recursos financeiros serão provenientes àqueles gerenciados pela Caixa Econômica Federal, Projeto Alívio à Pobreza no Meio Rural e Gerenciamento de Recursos Naturais; Contrato de Empréstimo 4060/BR e outras fontes a serem indicadas pelo Poder Executivo Estadual.

I - O Poder Executivo poderá abrir crédito em qualquer tempo no seu orçamento para a eficácia plena do presente programa.

Art. 7º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, a qualquer tempo, no Orçamento Anual do Estado, os créditos adicionais necessários para atender as despesas decorrentes desta lei.

Art. 8º - Para a implementação do presente Programa, elaboração dos projetos, prestação de assistência técnica social, serão competência da Cohapar, Seab, e demais órgãos do Estado.

Art. 9º - Também farão parte da organização (localização junto à propriedade) e realização dos projetos os técnicos da Emater.

Art. 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.04.2003.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei em tela cria o Programa de Habitação Rural no Estado do Paraná. Trata-se de grande alcance social, pois contribuirá e auxiliará nas reformas, ampliações e construções de moradias rurais de agricultores familiares.

Com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das famílias do campo, assegura melhores condições de moradia para os agricultores e familiares paranaenses. Com a realização do programa, o agricultor será valorizado e motivado a permanecer trabalhando na terra, evitando o êxodo rural que tanto preocupa a sociedade do Estado.

Outro fator importante é a oportunidade para os filhos desses agricultores, que estejam planejando constituir família e tornar-se “independente de moradia”, construir sua própria casa na propriedade rural da família.

Dessa forma ela continuará residindo e trabalhando próximo de sua família, sem desagregar o núcleo familiar e sem prejudicar a produção agrícola ou agropecuária executada por ele em conjunto com seus familiares.

Sendo assim, solicito o apoio e a aprovação dos excelentíssimos deputados ao presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 227/2003

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Acrescente-se ao Artigo 1º da Lei 14.035 de 20 de março de 2003, parágrafo com a seguinte redação:

Parágrafo Único - Não estão sujeitos à fiscalização dos Conselhos previstos nesta lei os profissionais de dança, artes marciais e yoga, seus instrutores, professores e academias”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 23.04.2003.

(a) ÂNGELO VANHONI

Apoiamento:

Padre Paulo Campos, Luciana Rafagnin, Pedro Ivo Ikiv, Vanderlei Iensen, Natálio Stica, José Maria Ferreira, Chico Noroeste, Dobrandino da Silva, Tadeu Veneri, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Elton Carlos Welter, Ademir Bier, Elza Correia, Marcos Isfer, Hermes Fonseca,

Delegado Bradock, Renato Gaúcho, Waldir Leite e Pastor Edson Praczyk.

JUSTIFICATIVA:

A dança é uma profissão regulamentada pela Lei nº 6533/78 e o Decreto 82.385/78, onde se define que o detentor de registro profissional de bailarino ou dançarino “(...) pode ministrar aulas de dança em academias ou escolas de dança reconhecidas pelo Conselho Federal de Educação, obedecidas as condições para registro como professor”.

Na Classificação Brasileira de Ocupações CBO/MTE, a dança se encontra na família de artistas, e lá também encontramos, além do bailarino, o professor de dança.

O MEC - CAPES, por sua vez, também enquadra a dança na área das Ciências Humanas e Sociais / Artes Cênicas, ficando claro que a dança é uma Arte, e não uma mera “atividade física”.

É fato que o Conselho Federal de Educação Física - Confef, através de seus Conselhos Regionais - CREFs, vem, de forma ilícita, não só fiscalizando mas como também autuando os profissionais da dança e seus estabelecimentos de ensino alegando a dança ser uma atividade física, e portanto, desta forma, estar enquadrada na Lei 9696/98 que regulamenta e cria o Conselho Federal de Educação Física que tem como competência, entre outras, fiscalizar seus profissionais e respectivos estabelecimentos.

Ora, já em 1971 era do entendimento do conselheiro Clóvis Salgado, do Conselho Federal de Educação, entre outras considerações, a seguinte observação: “Não é certa a afirmação da identidade nem mesmo da semelhança dos currículos. É certo que algumas disciplinas do currículo de Dança, constante da proposta, trazem os mesmos nomes com que figuram no currículo de Educação Física, mas o conteúdo e a intenção com que são desenvolvidos diferem fundamentalmente... Levar a Dança para o seio da Escola de Educação Física seria um artificialismo trôpego e infecundo”. (Parecer nº 641/71 - incorporado à Resolução s/n, de 19 de agosto de 1971).

Não é de hoje que a Educação Física tenta incorporar a Dança, como consta no PL 330/95 do deputado Eduardo Mascarenhas onde, de maneira sorrateira, “cria o Conselho Federal de Educação Física incluindo as atividades do professor de dança”. Na época o Curso Superior de Dança tomou conhecimento do projeto e após estudo e análise apresentou sugestões e justificativas para que o deputado Maurício Requião, relator do PL 330/95, defendesse um substitutivo que separava a Dança da Educação Física, e que foi aprovado pela Câmara dos Deputados, mas não chegando a efetivar a criação dos Conselhos Federais de Dança e Educação Física por não haver interesse de ambas as partes.

Após a aprovação da Lei 9696/98, foi apresentado na Câmara dos Deputados um outro projeto de lei, PL 2939/2000 deputado Pedro Pedrossian, que acrescentava um inciso no artigo 2º da Lei 9696/98 e incluía os gradu-

ados em dança na referida Lei. Após solicitação de Audiência Pública na Câmara dos Deputados, solicitada pelo deputado Flávio Arns e realizada em setembro de 2001, o projeto foi arquivado.

Vale lembrar que a dança também foi retirada de um outro projeto de lei (PL 66 de 2000 - Senado Federal) que dispunha sobre a “responsabilidade técnica por cursos livres de lutas, natação e ginástica” e embora a dança não estivesse sendo explicitamente citada, havia sido indexada por se tratar também de ser um curso livre, certamente seria mais uma justificativa para fiscalização do sistema Confef/Crefs. Mas após audiência pública no Senado em abril de 2002, foi retirada explicitamente deste PL.

Desta forma, para que não se crie nenhum dispositivo a fim de legalizar uma ação da qual não está atribuída nem na própria Lei Federal, justifica-se esta emenda já que a fiscalização advinda do sistema Confef/Crefs passa pelo entendimento das atividades físicas, onde as mesmas só foram definidas e esclarecidas, com atos normativos internos, elaborados à revelia das disposições legais pertinentes e por isso faz-se necessário excetuar a dança, as artes marciais e a yôga, seus instrutores, professores e academias.

Estes são os argumentos e os fundamentos legais que nos levam a solicitar o apoio dos nobres pares para que as áreas acima excetuadas não venham a ser coagidas a uma fiscalização ilegal simplesmente engordando os cofres de um Conselho que não lhes diz respeito.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra à deputada Elza Correia.

A SRA. ELZA CORREIA

Senhor presidente, nobres deputados.

Faço uso da palavra hoje para tocar em duas questões que considero importantes. Evidentemente que estamos vivendo tempos complexos, tempos difíceis, tempos tumultuados onde a demanda temática de assuntos que seriam importantes mencionar nesta Casa, são inúmeros, mas temos que selecionar alguns para estar emitindo nossa opinião.

Aproveito a oportunidade para cumprimentar os professores e professoras do Estado que estiveram aqui na Casa; não sei se ainda estão aqui - dizer do meu respeito, da minha consideração a esta categoria fundamental para o país na construção da democracia e na garantia de tempos melhores, categoria que tem sido desrespeitada ao longo dos anos, que vem sendo humilhada, vilipendiada, e tem sido, principalmente, nos oito últimos anos aqui no Estado, simplesmente ignorada pelos poderes constituídos. Essa é uma realidade e nós temos, obrigatoriamente, que trabalhar na direção de mudar essa realidade. Não construiremos a democracia, não construiremos um país mais justo e mais solidário se os professores continuarem sendo tratados como o são, neste país.

Queria dizer que não estive presente na reunião que aconteceu hoje e peço desculpas, porque não sabia, não fui convocada para essa reunião, senão teria participado, mas dela participaram dois companheiros: o Ivo e a deputada Luciana Rafagnin, que certamente representaram muito bem esta Casa.

Diria aos companheiros e companheiras aqui presentes, que vamos nos empenhar junto ao governo do Estado, para que as reivindicações dos senhores e das senhoras, reivindicações justas, sejam acatadas pelo governador Roberto Requião, que, aliás, na sua campanha eleitoral - e nós somos signatários desse programa de governo -, deixou claro que em seu governo os professores e professoras seriam tratados com dignidade e com o respeito que merecem. Portanto, vamos aqui encaminhar ao governador e tenho certeza absoluta, fará cumprir como vem cumprindo as outras promessas com o Estado do Paraná.

A outra questão, senhor presidente, é em relação ao cinquentenário, ao aniversário do Teatro Guaíra, 50 anos de atividades extraordinariamente importantes do ponto de vista cultural e até político deste Estado, que enfrenta problemas bastante graves, haja vista a escola estadual de dança do Teatro Guaíra ser assaltada ontem, não escapando, companheiros e companheiras, da violência que impera no nosso Estado e em nosso país. É impressionante, o deputado Barbosa Neto tem sempre se posicionado aqui em relação à questão da violência em nosso Estado; todos os dias ficamos sabendo de notícias que nos deixam perplexos. Violência de todas as ordens. Sabemos, todos nós, os responsáveis diretos pela questão da violência, é exclusão social, mas também, o tráfico de drogas, o tráfico de armas, a impunidade, a corrupção, são responsáveis diretos pela violência que nós estamos vivendo em nosso Estado e em nosso país. Não foi poupada a escola de dança do Teatro Guaíra; foram roubados todos os equipamentos, os instrumentos de utilização de aulas para duzentos e cinquenta alunos, basicamente alunos da periferia que frequentam essa escola do Teatro Guaíra. Esse é o presente que o Teatro Guaíra recebeu no seu aniversário de cinquenta anos. Temos também boas notícias. O Teatro Guaíra terá tombado o seu prédio pelo patrimônio cultural do Estado do Paraná.

Gostaria de dizer, então, que essas medidas são importantes, porque coloca de fato o Teatro Guaíra no cenário do Estado, como instrumento importante do ponto de vista cultural, mas também como patrimônio histórico do nosso Estado, porque a cultura também tem que ser um indicador de qualidade de vida, e às vezes não é entendido assim em nosso país. Cultura não é para as elites, apenas; cultura é para todo o povo, principalmente àqueles que são excluídos de diversos setores e principalmente do setor cultural.

Diria então aqui, dentro da programação que será vasta, intensa, teremos várias apresentações. Também outra coisa a colocar é que o governador Roberto Requião disponibilizou uma verba solicitada pelo Movi-

mento Cultural, para realização do Festival Internacional, e já tem trinta anos que tem uma proposta extraordinariamente importante, do ponto de vista de oficinas, escolas, universidades, com a periferia da cidade.

Então, esse evento já faz parte do calendário estadual e o governador Roberto Requião, entendendo a importância desse evento, de fato liberou uma parte da verba para que esse festival importante pudesse ser realizado.

Eu diria então, companheiros e companheiras, que é preciso a gente ficar atento, prestar atenção nas coisas que estão acontecendo. A reivindicação já colocada aqui pelos professores também é uma reivindicação de diversas categorias de trabalhadores. Sabemos que quando os trabalhadores têm os seus direitos respeitados e garantidos, trabalham com mais disposição, com mais entusiasmo; evidentemente o resultado desse trabalho é sempre melhor.

Aqui na Casa, também, conversaremos com o 1º secretário do nosso Partido, Nereu Moura e também com o presidente da Casa, para reiterarmos a importância e a urgência de começarmos a trabalhar no Plano de Cargos e Salários dos trabalhadores desta Casa, que já é uma questão que vem sendo adiada há muito tempo, e que é preciso também ser pensada. E isso, compete sim, também aos deputados. Nós temos que pensar no conjunto da sociedade, no conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras do Estado do Paraná e evidentemente temos que começar pela nossa Casa, pela Assembléia Legislativa, que tem problemas, e seria fundamental que uma comissão de trabalhadores fosse organizada, tirada, para que começássemos a discutir a questão do PCCS. Já conversamos com o 1º secretário, que sinalizou com bastante seriedade, com bastante disposição. Deve ser, tenho certeza, entendimento da Mesa Diretiva desta Casa, e nós vamos somar esforços de outros deputados e deputadas que já conversaram nessa direção, para que tenhamos aqui resolvida a questão dos funcionários desta Casa, que são evidentemente o suporte para que nossas ações aconteçam a contento.

Então, companheiras e companheiros que vieram até aqui, tenham nessa deputada uma parceira. Isso não é mérito, isso é obrigação de todos aqueles homens e mulheres, que foram trazidos para esta Casa pelo voto popular, para prestarem conta de suas atividades, para dar conta de colocar de pé todos aqueles projetos, ações e atitudes que possam efetivamente garantir os direitos humanos, a cidadania, e resgatar em caráter definitivo a dignidade do povo do Paraná, que foi comprometida por desacertos e desencontros do governo anterior.

Feliz o Estado que pode ter o momento e a hora de repensar na sua história. Fiz um artigo há tempos atrás dizendo: “Infeliz do Estado que tinha o governo que tínhamos”.

Diria que estamos vivendo um novo momento com o governador Roberto Requião. Esses novos tempos exigem de nós companheirismo, solidariedade, atenção e o

necessário compromisso de, juntos, colocarmos um programa de governo que foi idealizado, pensado e aprovado por nós. Se assim não fosse, o governador Roberto Requião não estaria hoje no cargo que está.

Esse projeto não é do governador Roberto Requião, da deputada Elza Correia, não é dos companheiros do PMDB, mas de todos nós, povo do Estado do Paraná.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Com a palavra o deputado Elton Carlos Welter.

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Senhoras deputadas, senhores deputados, professores, povo do Paraná, imprensa.

Venho à tribuna destacar o importante momento vivido pelo Paraná no dia de ontem, quando foi criado o Conselho de Usuários da Ferroeste. Em qualquer lugar do mundo, se tiver uma boa estrutura na área de transporte, ajuda no desenvolvimento de uma região, Estado ou país.

A visão do estadista, governador Roberto Requião, tem demonstrado que realmente quer desenvolver um projeto de ampliação das ferrovias no Paraná. A partir de agora a definição das tarifas será discutido amplamente com a sociedade, com os usuários diretos e indiretos.

É uma decisão importante para o Paraná. O governo Lula tem essa visão e tem essa sintonia, onde o setor de transporte ferroviário será desenvolvido aqui no Paraná e pelo Brasil.

Lá no Oeste do Paraná é um anseio muito grande estender os ramais para Guaíra e Foz do Iguaçu, baixando o custo e diminuindo o fluxo de cargas pesadas nas nossas rodovias que vão sucateando com o tempo e encarecendo o custo na manutenção.

A vontade do Governo do Paraná é mexer em alguns itens do contrato. Aliás, o governo gastou 100% dos recursos para a construção dela, na época. Mais de 300 milhões, e foi vendida por um pouco mais de 20 milhões. Um grande negócio para quem comprou. E hoje, com a implantação do Conselho dos Usuários, o custo será discutido com os usuários. Isso é muito importante; e com certeza vai baixar o custo do frete.

Claro, temos que resolver vários gargalos no transporte ferroviário que demandavam investimentos. Com a criação do Conselho, esses temas serão debatidos com as cooperativas, com as entidades privadas e com a sociedade organizada como um todo. Nesse Conselho estão representados a Faep, a Fetep a MOP. Representa os prefeitos da Região Oeste, a Acamop, todas as entidades que estão ligadas direta e indiretamente no setor de transporte ferroviário.

Se a nossa alegria é tamanha, é porque realmente houve uma reestruturação de maior fluxo no transporte ferroviário, é um segmento que abaixa com certeza o custo do nosso setor produtivo, no Paraná, principalmente ligado ao setor agropecuário.

Concedo um aparte ao deputado Nereu Moura.

O Sr. Nereu Moura

Quero fortalecer as palavras de V. Exa. quando sobe à tribuna para falar de um assunto significativo, não só para o Oeste do Paraná, mas para todo o nosso Estado, quando o governo busca resgatar a Ferroeste. Esta ferrovia foi construída com recursos públicos do tesouro do Estado, recursos do povo do Paraná com nenhum tostão de dinheiro emprestado, sem nenhum tostão do governo federal, todo ele dinheiro do povo do nosso Estado, através da imperiosa administração que o governador Requião realizou no mandato anterior. E a ferrovia, que consumiu um volume enorme de recursos públicos, foi concedida, privatizada por 25 anos, por 15 milhões de reais, com 3 anos de carência e depois, em 90 parcelas suaves e tranqüilas, que o governo anterior concedeu a essa empresa que ninguém sabe de onde que é, os proprietários da Ferropar, que hoje operam os trilhos da Ferroeste.

Mas a idéia do governador Requião é de resgatar a Ferroeste para o poder público, e exatamente por isso que V. Exa. participou ontem, representando a Assembleia Legislativa lá em Cascavel, na formalização do Conselho dos Usuários.

Uma idéia importante, é o início da retomada da Ferroeste para que ela volte a ser pública. Assim como fez o governador Requião com a Sanepar, tirando das mãos da iniciativa privada, tirando o objetivo da iniciativa privada que era dar lucro para fazer com que a empresa tenha um fim social, fim de atender o povo, de atender às pessoas mais sofridas.

Assim como fez o governador Requião com a Copel, resgatando de novo a questão essencial de uma empresa de energia elétrica que é o fim social, ser pública para atender a população e um Estado tão forte como o nosso Paraná. Assim está fazendo o governador Requião com relação à Ferroeste, buscando tomar a empresa de um grupo que hoje cobra mais caro o frete do que se ele for transportado pelas rodovias do nosso Estado. Hoje, sai mais caro o frete da ferrovia, que deveria ser quase a metade do que o rodoviário, porque ele foi privatizado e por que essas pessoas que privatizaram só pensam em lucro e não interessa o desenvolvimento e o crescimento.

Por isso, deputado Welter, parabeno V. Exa. por estar abordando um assunto que haverá de fazer com que os trilhos da Ferroeste cruzem aquele Oeste do Paraná no sentido da Ponte Internacional de Guaíra, no sentido de Foz do Iguaçu, como era o trajeto inicial quando foi proposta a construção da ferrovia para que aquele oeste, que tanto produz, que tanto desenvolvimento enseja o Paraná, possa ter em todos os seus quadrantes a ferrovia pública com frete barato, para que o nosso produtor tenha competitividade no mercado internacional, para que a agricultura se viabilize, para que o povo do Paraná ganhe e o nosso Estado ganhe.

Então, desta forma, parabeno V. Exa. por trazer um assunto importante não só para o Oeste, como para todo o nosso Estado.

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Muito obrigado pelo aparte.

V. Exa. tem também essa clareza de que o desenvolvimento de uma região passa com certeza por uma boa infra-estrutura na área de transporte. No caso, hoje, tratamos do transporte ferroviário. Claro que a malha viária lá na região - já tem um compromisso do governador em duplicar a 467 - é o trecho que tem o maior transporte de grãos por quilômetros rodado com toda certeza e já tem a decisão do governador de duplicar a rodovia.

Então, esse caráter público de estadista, rapidamente dá uma demonstração, não só na Ferroeste, como já foi na questão da Copel, da Sanepar e também na sustentação de alguns contratos que foram lesivos ao patrimônio do Paraná que estão sendo revistos, um a um. Então, vejo que realmente o governo do Paraná tem uma vontade muito grande no sentido de resgatar o caráter público, colocando a serviço dos paranaenses de fato, sem privilegiar setores privados, que são todos bem-vindos nos bons serviços que são prestados aos paranaenses, mas é claro que aqueles contratos que são lesivos têm que ser revistos, e o governo está fazendo isso.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Próximo orador inscrito deputado Ratinho Júnior.

O SR. RATINHO JÚNIOR

Boa tarde, senhor presidente! Boa tarde, senhores deputados!

Na verdade, venho rapidamente falar aqui em nome do Bloco Independente: deputados Doutor Luciano Ducci, Jocelito Canto, Barbosa Neto, Reni Pereira e em meu nome, que recebi, hoje, com muita felicidade e uma surpresa também, alguns professores e professoras aposentados em meu gabinete reivindicando algumas coisas do governo do Estado, que há anos eles brigam e tentam ter um direito que é deles e até hoje, infelizmente, por alguns motivos, alguns governos que passaram que não tinham uma política inteligente, uma política educacional inteligente, acabaram deixando que isso passasse, isso ficasse "a ver navios"!

Eu acredito que o governo que investe em educação não precisa investir em presídios; o governo que investe em educação não precisa, também, investir em segurança pública. Então, quero dizer aos professores que aqui estão, que educação não é um privilégio, mas sim um direito de todos nós.

Quero dizer aos professores aposentados e àqueles que não são aposentados, àqueles que estão ainda na ativa, que estão trabalhando, que o que vocês precisarem, aquilo que vocês reivindicarem do Bloco Independente, nós estaremos do lado de vocês.

Era apenas isso que eu tinha para falar, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Próximo orador inscrito, deputado Barbosa Neto.

O SR. BARBOSA NETO

Senhor presidente, e senhores deputados. Deputado Jocelito Canto, já lhe cedo a palavra.

Faço minhas também as palavras do deputado Ratinho Júnior que já externou a posição do Bloco Independente em relação à questão do magistério.

Estou protocolando nesta Casa, no dia de hoje, um requerimento ao secretário estadual de saúde, Cláudio Xavier, para que seja agilizada com urgência a implantação de leitos hospitalares com UTI's no Norte Pioneiro.

Senhoras e senhores, são vinte e oito municípios com cerca de quatrocentos mil habitantes, que sequer possuem um único leito de unidade de terapia intensiva.

Sei que este é um problema que acomete muitas regiões em nosso Estado, mas quero falar especificamente em relação ao descaso que infelizmente toma conta na questão da saúde, em relação ao Norte Pioneiro. Cidades como Santo Antonio da Platina, como Jacarezinho, não possuem um único leito de UTI. E muitos pacientes estão morrendo dentro de ambulâncias, tendo que se deslocar a uma distância de 80 e até 300 quilômetros, sendo atendidas em Cornélio Procopio, em Londrina, em Ponta Grossa ou até mesmo aqui em Curitiba, para não dizer Assis, Marília e outras cidades do interior de São Paulo.

Nós já havíamos manifestado essa preocupação no dia 10 de março, quando protocolei um requerimento ao secretário Cláudio Xavier para que ele fizesse urgentemente, esforço para agilizar a aquisição de equipamentos para entrar em funcionamento no Hospital Distrital de Santo Antonio da Platina. Até agora não recebi nenhum tipo de resposta. Esse hospital já está com a sua estrutura pronta, faltando apenas os equipamentos para que ele possa entrar em funcionamento.

O Norte Pioneiro é a região, segundo a própria Secretaria da Saúde, que apresenta a maior deficiência no setor de leitos de UTI em todo o Estado do Paraná.

Essas são informações da própria Secretaria da Saúde, por isso o apelo que faço aqui. O problema, basta ter vontade política para solucioná-lo. Já que a presidente da Organização Mundial da Família, uma entidade mundial com sede na França, fundada em 1947, através da sua presidente que é paranaense, curitibana, doutora Deise Weber Kustra (?), ela já implantou este mesmo projeto de hospital e programas de atendimento à família em mais de 164 cidades no mundo. E Santo Antonio da Platina, o Norte Pioneiro corre o risco de ter mais vidas ceifadas porque o governo do Estado suspendeu convênio para aquisição desses equipamentos e a conseqüente entrada em funcionamento desse hospital, que vai atender uma população na ordem de quatrocentas mil pessoas.

Nós sabemos aqui, das boas intenções do governador Roberto Requião. Sabemos e admiramos inclusive a sua seriedade, a sua honestidade.

Hoje não venho falar de segurança, já que infelizmente o governo do Estado, através da Secretaria da Segurança Pública, faz ouvidos moucos aos nossos pronunciamentos. Por isso, quero falar da saúde, que é um problema gravíssimo que aflige essa região, onde temos deputados que tiveram uma grande votação, como o presidente desta Casa, o deputado Hermas Brandão, como o deputado Ratinho Júnior e outros companheiros.

(Passa a fazer uso do horário da Liderança do PDT)

Gostaria apenas de concluir esse raciocínio, senhoras e senhores deputados, porque a alegação da Secretaria da Saúde é que não existem médicos intensivistas para que esses leitos hospitalares com especialização em UTI possam funcionar.

Meu Deus do Céu! Existem tantos profissionais que estão sendo colocados no mercado de trabalho anualmente. A revista Veja desta semana mostra que por ano as Universidades e Faculdades de Medicina do País despejam no mercado de trabalho cerca de dez mil novos profissionais e apenas quatro mil deles são absorvidos.

Mas eu gostaria de concluir aqui e dizer que patrocinamos e agendamos um encontro do Reitor da Faculdade do Norte Pioneiro, o professor Carlos Vinícius Maluli, com a doutora Deise Weber Kustra para que, através de parceria, essa faculdade, que fica estrategicamente colocada no município de Santo Antonio da Platina possa ceder aos alunos e aqueles que já estão em estágio avançado na área da medicina e áreas afins, para que eles possam colocar esse Hospital em funcionamento. Existe também, nessa mesma questão, Hospital Regional de Paranavaí, mas lá em Santo Antonio da Platina está praticamente tudo pronto! O governo passado não cumpriu com a sua parte financeira na construção desse hospital. A construção e montagem do programa era para ter sido concluída em novembro de 1998 ou, no mais tardar, um ano seguinte, em novembro de 1999, o que não aconteceu. A parcela de 1999 só foi paga dois anos depois: era para ser paga em outubro e só foi paga em novembro de 2001. Inclusive, o Tribunal de Contas tem os relatórios que certificam o que estamos apontando no dia de hoje. Como houve um atraso, foi pedido um reajuste desses valores. Na época o dólar estava cotado a um por um; o prejuízo já era de oitocentos e quarenta e nove mil reais naquela época. É um investimento considerado até módico para o número de vidas que poderiam ser salvas, caso esse hospital estivesse em funcionamento.

Em dez de agosto de 2001 o prefeito de Santo Antonio da Platina, Flávio M., chamou às pressas o governador, que estava em visita naquela região, e ele assinou um documento se comprometendo a pagar o restante das parcelas até o dia trinta de janeiro de 2002, o que acabou não acontecendo. O pagamento foi feito só

em vinte e seis de dezembro de 2002, referente às parcelas de julho, agosto e setembro de 1999.

A construção foi retomada neste ano. A previsão da inauguração do hospital era para julho deste ano, mas vai atrasar novamente porque o orçamento não foi reajustado; o convênio foi suspenso e ainda faltam trezentos mil reais para se concluir esse hospital. É muito pouco, deputado Antonio Anibelli! É muito pouco diante das inúmeras pessoas que sofrem diariamente com o problema de falta de atendimento. Só quem não tem plano de saúde sabe dimensionar o impacto que isso representa.

Desculpem-me! Até tenho tido paciência, tenho acreditado, tenho votado e, aliás, já votei mais a favor do governo do que contra, mas uma questão como essa nós não podemos ficar calados e lembro aqui, deputada Elza Correia, uma reserva moral do Paraná, que foi o nosso ex-prefeito de Londrina, ex-secretário da Saúde do Paraná, Dalton Fonseca Paranaguá, que ainda está lá e que fez parte também, como gosta de frisar o governador do Estado, do “velho MDB de guerra”, quando ele dizia que a saúde do povo é a suprema lei.

Por isso, gostaria que o governo e o secretário estadual da Saúde levassem em consideração esse apelo e colocassem esse recurso que falta para que o Hospital Regional possa entrar em funcionamento em Santo Antonio da Platina, para atender a mais de 400 mil pessoas.

O Sr. Antônio Anibelli

Deputado Barbosa Neto, mais um golpe, um balão, que o governador Jaime Lerner deu. Eu não sabia desse golpe que ele tinha dado na população do Norte Velho, Norte Pioneiro, porque assumir compromisso, assinar e não cumprir, eu acho que é uma vergonha que se fez com o Norte Pioneiro de tanta tradição no nosso Paraná.

Mas, vejo aqui os professores que hoje nos honram com as suas presenças reivindicando os cem reais que nós, como autores da emenda, na época do governo passado, não fomos bem-sucedidos. Estão eles aqui a reivindicar. Vemos o deputado Jocelito Canto todo dia pedir a UTI de Ponta Grossa, Santo Antonio da Platina, Paranaíba, enfim, Goioerê, município que represento também precisa de uma UTI, somos 100% favoráveis, só que, em menos de 120 dias, não podemos criar a UTI em todo o Paraná, salvar os hospitais que estavam à beira da falência; não só o funcionalismo, UTI, pedágio, contratos que acabaram com a vida do nosso Estado, se não tivessem sido preteridos esses contratos, sido avançados em favor das UTI's dos hospitais, nós teríamos tido a solução. Mas, a cada dia descobrimos uma coisa a mais, e é nessas coisas a mais que nós pedimos paciência ao povo do Paraná, a V. Exa. que tem nos ajudado em muitas votações. Existe um compromisso do governador Roberto Requião de criar os hospitais regionais. E nós faremos isso, V. Exa. tenha a certeza, porque o governador Requião está cumprindo tudo que assumiu de compromisso e os seus 500 mil votos de vantagem na última eleição faz com que ele cumpra os seus compromissos.

O SR. BARBOSA NETO

Muito obrigado, deputado Antonio Anibelli.
Concedo um aparte ao deputado Rafael Greca.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

V. Exa. infelizmente, não tem mais horário, e o seu horário já extrapolou em 03 minutos.

Próximo orador inscrito, deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO

Senhor presidente, senhores deputados, deputado Ratinho Júnior, nosso companheiro da Bancada Independente que, aliás, aproveitando essa oportunidade, deputado Ratinho, gostaria aqui de dizer que no dia da diplomação no Teatro Guaíra, V. Exa. foi vaiado no dia da diplomação, foi prejudicado antes da hora. Mas, hoje o senhor é aplaudido pelos educadores do Paraná pela sua posição, isso lhe dá aí a satisfação de ser realmente um deputado que é do povo. Meus cumprimentos ao senhor! E aquela vaia do passado entenda-se como coisas que já passaram. Hoje as suas atitudes demonstram por que o senhor veio a esta Casa.

Mas, senhor presidente, senhoras e senhores deputados, eu recebi agora quando cheguei ao meu gabinete, agora quando chegamos e isso complementa o pronunciamento do deputado Antonio Anibelli, que o governo programa a estratégia dos hospitais regionais.

Estou recebendo aqui neste momento, um documento que tem a marca do governador Roberto Requião e que hoje pela manhã foi lançado esse programa de regionalização da saúde, o que nos anima.

O senhor tem lembrado, deputado Anibelli, o deputado Barbosa acabou de falar que eu tenho cobrado diariamente aqui as UTI's, principalmente para a região de Ponta Grossa. E eu recebo hoje aqui o trabalho desenvolvido pelo governo do Estado, da Secretaria da Saúde, onde o governo acena para a liberação imediata de cem mil reais a cada mês para os maiores hospitais do Estado do Paraná, sendo que o Hospital Santa Casa, de Ponta Grossa, está com déficit e uma dívida de quase quatro milhões, podendo fechar a qualquer momento, é contemplado com cem mil reais a partir desse projeto. E que o Pronto Socorro Municipal que atende à população mais carente, também vai receber 30 mil reais a cada mês.

Então, para nós isto aqui já é motivo de começar a querer acreditar ainda mais na saúde desse novo governo. Mas deputado Anibelli, existe uma preocupação nossa, nós que estamos todo dia no rádio, porque todo dia encontramos uma família, uma mãe chorando porque o pai ou o filho morreu por falta da UTI. Nós entendemos que faz pouco tempo que o governo Roberto Requião se estabeleceu. Nós concordamos que o governador Jaime Lerner foi um irresponsável com a saúde dos Campos Gerais. Nós concordamos que ele deixou de fazer o que deveria fazer. A questão, se ele fez coisas erradas, se ele superfaturou obras, se ele fez alguma coisa com os recursos, isto não nos compete neste momento. O que nós

temos que ver é o horizonte lá na frente, é o presente. Nós precisamos ver hoje o Paraná e o estado em que se encontra hoje exatamente a nossa região dos Campos Gerais.

Então, eu venho aqui, mais uma vez, primeiro agradecer por se fazer este estudo e que este estudo saia do papel imediatamente! Este é o primeiro ponto. Que ele aconteça imediatamente. Mas, segundo, eu gostaria que o governo tivesse a mesma agilidade que teve para anunciar contratos mal feitos, contrato que foram superfaturados, que usassem a mesma velocidade para resolver o caso das UTI's dos Campos Gerais, que ele usasse o mesmo jeito, a mesma fórmula, a mesma maneira, a rapidez que ele denuncia um erro do governo Jaime Lerner, que ele também faça o mesmo para colocar 20 UTI's nos Campos Gerais, para atender a região dos Campos Gerais...

(Término do tempo)

Eu solicitaria, senhor presidente, horário do PTB, já concedido pelo nosso Líder Valdir Rossoni.

(Concedido, por cinco minutos, o Horário da Liderança do PTB)

Muito obrigado, senhor presidente.

Então, senhores deputados, que estas UTI's funcionando, automaticamente nós, vamos ter condições de atender até o Norte Velho que o deputado Barbosa acabou de reclamar aqui, que não tem leitos de UTI. Não é admissível que uma região como os Campos Gerais tenha apenas 18 leitos, quando Maringá - nada contra Maringá - tem 60 leitos, e tem a mesma população dos Campos Gerais.

Então, eu espero que isto ocorra com as UTI's e vou começar a partir de hoje a cobrar prazos, a parabenizar o que o governo fez. O governo que fez coisa boa recebe os elogios. Aqui está elogiado por mandar estes recursos à Santa Casa, mas por outro lado nós precisamos começar a contar prazos para colocação das UTI's que não são tão caras, que podem ser colocadas em caráter de emergência lá nos Campos Gerais, temos hospitais em Ponta Grossa em condições de receber, temos em Castro e temos em Tibagi, que o Estado tecnicamente escolha o melhor lugar, mas que faça, porque se não nós vamos ter que recorrer ao Ministério Público, porque Fortaleza acabou de fazer isto. Fortaleza está ingressando na justiça porque não tem UTI's e as pessoas estão morrendo.

Então, espero que não precisemos chegar neste fim que é fazer uma representação ao Ministério Público, contando que pessoas estão morrendo, por falta de atendimento. Aqui, ficam os cumprimentos, deputado Anibelli, ao seu PDMB velho de guerra, nas palavras do governador Roberto Requião. Fica aqui também a cobrança: as UTI's aconteçam na mesma velocidade das denúncias, que ocorreram contra o governo Jaime Lerner. Espero que isso ocorra. Se isso ocorrer, o relógio vai estar bem.

Para finalizar, senhor presidente, eu gostaria de aproveitar a ocasião, aqui estão reunidos os professores do Estado do Paraná. Recebemos no nosso gabinete uma comissão de professores que vêm da nossa e de outras regiões do Estado, nos pedir apoio. O deputado Ratinho Júnior anunciou antecipadamente e nós queremos repetir que somos da bancada do independente.

Independente quer dizer: vota de acordo com aquele pensamento seu.

Independente quer dizer: vota naquilo que o povo quer - não é Situação, nem Oposição. Quando o projeto é bom, vota junto. Quando não está bom, vota contra.

Essa bancada de cinco jovens deputados - acho que sou o mais velho de todos - está coesa e vai ficar ao lado dos professores, nessa sua luta; na nossa região sabemos da real necessidade de cada um.

Também queremos destacar que tivemos muitos votos dos professores. Eu, se Deus quisesse, jamais quero votar contra os professores do Paraná, porque é votar contra a educação dos nossos filhos.

Quero reiterar o meu apoio aos professores e ao mesmo tempo dizer e reiterar a confiança do governador Roberto Requião, que foi eleito com o aval dos professores, que saíram às ruas, que aclamaram o Requião. Os professores mais uma vez definiram a eleição.

Tenho certeza, deputados Anibelli e Vanhoni, os companheiros do PT, que sempre defenderam os professores do Paraná, que haveremos de lutar para que todos os compromissos assumidos pelo Requião - tenho certeza que os compromissos que ele assumiu serão resolvidos na mesma velocidade em que as denúncias são apresentadas contra o ex-governo Jaime Lerner. Porque o governo Requião foi eleito por ser um governo - vou repetir as palavras de Sua Exa., o governador: um governo eleito preferencialmente pelos mais humildes. É por isso que precisamos dar esse apoio.

Parabéns aos professores. Podem contar com esse grupo de cinco deputados, Tenho certeza que contarão com a grande maioria dos deputados, aqui. Alguns não falam, mas votam favorável aos professores. Tenho a certeza disso.

Muito obrigado senhor presidente, senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Concedo a palavra ao último orador inscrito no Pequeno Expediente, deputada Luciana Rafagnin, líder do PT e base de apoio do governo Requião e que vota conforme a consciência.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Senhor presidente, senhora deputada, senhores deputados, companheiros, professores, trabalhadores em educação no Estado do Paraná, eu queria, inicialmente, agradecer ao presidente da Casa, deputado Hermas Brandão. Hoje, quando os professores aqui chegaram, o espaço que estava sendo pensado para os professores era

o Plenarinho e neste estava acontecendo uma reunião da CPI do Banestado. Não havia um espaço ideal para os professores.

Juntamente com o deputado Pedro Ivo, conversamos com o presidente, deputado Hermas Brandão e ele cedeu o Plenário, em um espaço que pôde acomodá-los.

Por isso queremos agradecer ao deputado Hermas Brandão.

O deputado Jocelito mencionava o partido dos Trabalhadores, não só a ele, mas sim aos professores que aqui estão que o Partido dos Trabalhadores sempre defendeu os professores e vamos continuar defendendo. Vamos continuar batalhando pelos direitos dos professores, pelo direito de uma educação realmente merecida ao Estado do Paraná.

No ano passado já estava nesta Casa de Leis, e muitos professores que aqui estão bem sabem o quanto defendemos, junto com a Bancada de Oposição da época, o quanto defendemos a gratificação de R\$100,00 a todos os aposentados e pensionistas de nosso Estado. Infelizmente, na época, o governador Jaime Lerner não concordou com a emenda aqui apresentada; ela foi vetada e nós não conseguimos fazer valer este direito que todos os professores aposentados e pensionistas também tivessem estes reais de gratificação. Acho isso um desmerecimento com todos os professores, com todas aquelas pessoas que já deram muito de si ao Estado do Paraná e isso não é reconhecido da forma como deveria ser, tenho certeza que não só contribuíram muito com nosso Estado mas continuam contribuindo muito. Podem contar com nosso apoio, com o apoio da bancada do Partido dos Trabalhadores pois estaremos sempre juntos, somando para que sejam valorizados todos os trabalhadores em Educação, e que seja valorizada cada vez mais a Educação no nosso Estado do Paraná.

Queria também informar que aqui apresentamos um projeto que é muito importante. Tão logo este projeto entre em votação, queremos contar com o apoio de todos os deputados. Esse é um projeto que limita o número de alunos em sala de aula. Sabemos que hoje existe, embora não em todos os municípios, não em todas as escolas, mas ainda existem salas de aula com números muito expressivos de alunos, o que dificulta para o professor passar o conteúdo e também para o aluno aprender devido a sala estar muito cheia. Com isso há a dificuldade para um melhor aprendizado e para o aluno absorver melhor o conteúdo repassado pelos professores. Esperamos que esse projeto seja aprovado; é um projeto já discutido com a APP Sindicato e que esperamos o reconhecimento de todos os deputados, aqui nesta Casa, a sua aprovação. Desta forma, estaremos valorizando um pouco mais a Educação do nosso Estado do Paraná.

Outro assunto que me traz a esta tribuna diz respeito a um projeto de habitação no meio rural. Desde o ano de 96 o Partido dos Trabalhadores vêm batalhando nesse projeto, nós, as entidades sindicais, associações de

moradores, cooperativas, vêm batalhando para que seja implantado um projeto de habitação no meio rural.

Eu apresentei, nesta Casa, um projeto que infelizmente também não teve a aprovação do governador Jaime Lerner. Quando fomos votar o veto, perdemos por dois votos; tivemos 26 votos contra, mas precisávamos de 28. Então, não conseguimos fazer passar essa proposta de habitação no meio rural.

Agora vejo com bons olhos a atitude do governador Roberto Requião que está discutindo a implantação desse projeto. Estamos reapresentando o projeto que já havíamos apresentado, porque entendemos que ele vai se tornar mais amplo, vai atingir, vai contemplar muito mais famílias, mais agricultores. Ao mesmo tempo, quero dizer que nos sentimos contemplados com este projeto que o governador pretende implantar, a partir do mês de maio que, com certeza, vai atingir muitos agricultores, familiares que hoje sonham, que hoje esperam que aconteça um programa de habitação no meio rural.

Estamos felizes com este projeto, conversamos como diretor-presidente da Cohapar, sobre este projeto, já demos a nossa contribuição para que ele aconteça, na prática e vamos continuar batalhando pela nossa proposta porque assim o projeto se tornará mais amplo e contemplará os agricultores.

Muito obrigada, senhor presidente, senhores deputados, companheiros e companheiras aqui presentes.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

O Horário do Grande Expediente, a pedido do deputado Tadeu Veneri, será concedido ao senhor José Lemos, presidente da APP - Sindicato do Paraná.

Com a palavra o deputado Tadeu Veneri, para apresentação do orador.

O SR. TADEU VENERI

Senhor presidente, senhores deputados e nossos convidados.

O professor José Lemos, que é presidente da APP, estará hoje ocupando a tribuna, para colocar a todos a situação que alguns deputados já se referiram anteriormente, em que se encontram os professores, principalmente os aposentados.

Tivemos hoje na parte da manhã numa reunião com o chefe da Casa Civil buscando fazer com que os professores aposentados possam ter também o mesmo tratamento que tiveram os da ativa, quando o decreto do governador Jaime Lerner institui uma gratificação de R\$50,00, R\$100,00 para aqueles que têm 40 horas. Entendemos que esta é uma busca que vai ser constante.

Gostaria, professor Lemos, antes de saudá-lo, de deixar registrado que os compromissos assumido pelo PT, ao qual faço parte e o senhor também, senhor presidente, não serão esquecidos. Ficamos junto com os trabalhadores durante muito mais tempo do que apenas momentaneamente. Estivemos em uma luta contra o

governo Jaime Lerner durante oito anos, e foi justamente por conta desta luta que o governo mudou.

E acho - quando tantos problemas são levantados, professor Lemos, eles não nasceram a partir do dia 1º de janeiro. Muitos desses problemas infelizmente são herança de um governo que desmontou o Estado do Paraná, não só na educação, mas em todas as outras áreas. E nós estamos pagando por isso. Espero que possamos, num breve espaço de tempo, ter recuperado tudo aquilo que tínhamos antes desse governo.

Por isso o professor José Lemos está usando hoje a tribuna e certamente daqui partiremos para futuras conquistas.

Obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Com a palavra o senhor José Lemos

O SR. JOSÉ LEMOS

Boa tarde a todos os deputados e deputadas aqui presentes. Somos professores, professoras, funcionários e funcionárias de escolas do Estado do Paraná, aqui representados. Somos 51% dos servidores do Estado do Paraná e agradecemos a esta Casa que nos recebe sempre. E agora inclusive nos recebem vários deputados, que no passado estavam conosco aqui fazendo a defesa da escola pública, dos educadores e vários deputados novos que conhecemos da Câmara de Vereadores que vêm fazendo luta na defesa dos educadores do nosso Estado.

Nós sabemos que o Paraná tem uma dívida muito grande com o seu povo, especialmente com relação à educação. O Paraná temo segundo maior número de eleitores analfabetos do Brasil, perdendo apenas para o Piauí. Dados do TRE. O Paraná tem o segundo lugar, também perdendo para o Piauí com crianças em idade escolar fora da escola, sendo exploradas no trabalho infantil.

Na região Sul, o Paraná tem o maior índice de analfabetos, comparando rapidamente com o Rio Grande do Sul, que tem o mesmo número de estudantes que o Paraná tem 1 milhão e meio. Lá, no ano passado, em folha de pagamento da educação, o governo gaúcho dispôs 2 bilhões de reais, enquanto que o Paraná foi 918 milhões, para atender a mesma demanda.

Veja, quando olhamos o IDH, olhamos que para Santa Catarina nós perdemos, o Rio Grande do Sul investe 35% em educação é Constituição do Estado, Santa Catarina 30% e o Paraná não está investindo os 25% que a Constituição do Estado e a Federal determinam, que é o mínimo que deve se investir. Isso é muito sério.

Peço licença aos deputados para ler um parecer do Tribunal de Contas que denuncia isto, como bem ressaltado pela Inspeção Geral de Controle em sua Instrução nº 40, observe-se a drástica redução anual de recursos destinados à educação em valores nominais, conforme o seguinte demonstrativo:

- em 1996 - 42%

- em 1997 - 48%

- em 1998 - 37%

- em 1999 - 30%

- em 2000 - 28%

- em 2001 não atingiu os 25% mínimos estabelecidos pela Constituição do Estado.

- em 2002 - também.

- em 2003 - o orçamento da educação é menor do que o orçamento de 1997. É necessário remanejar recursos para cumprir as Constituições do Estado e a Federal.

A educação não tem ideologia; precisa ser tratada com seriedade por todos os Partidos e todo cidadão de bom senso tem que se levantar neste Estado em defesa da educação e da escola pública. Nós observamos pesquisa dando conta de que o Paraná tem os educadores mais doentes do Brasil, que o Paraná, em dez anos, vai ficar sem professores porque os nossos estão se aposentando e no lugar deles não se encontra mais professor para contratar. Entram pessoas que não têm formação. Isso prejudica a qualidade de ensino e prejudica a nossa profissão.

Senhoras e senhores presentes, precisamos fazer diferente neste governo e já neste ano. Precisamos cumprir com o mínimo estabelecido na Constituição Estadual e Federal que são os 25% de educação básica.

Continua o TC dizendo:

“Esta forte redução de gastos com educação concentra-se, em especial, no ensino médio. Torna-se mais preocupante este desempenho quando se constata, no mesmo período, o efetivo crescimento das receitas tributárias e “as quais constituem a base de cálculo na defesa dos limites constitucionais”. O TC é um órgão auxiliar desta Casa; vem apontando todos os anos esta falta de respeito com educação, com os educandos e com a Constituição.

Precisamos tomar de forma urgente uma posição de respeito ao povo do Paraná e por isso precisamos rever o orçamento deste ano para educação. Sabemos que, se cumprir a Constituição, teremos mais meio bilhão de reais para a educação deste ano.

Isto é necessário e conclamamos todos os deputados a estarem conosco neste debate e no dia 14 de maio faremos uma audiência pública para discutir esses dados. Queremos trazer o Tribunal de Contas que escreve esses documentos. Queremos que o governo venha, através da Fazenda, da Educação, da Administração até aqui porque precisamos resgatar a nossa escola pública que foi destruída, precisamos corrigir o salário dos professores e dos funcionários das escolas. Esse salário não foi grande coisa, mas já foi três salários mínimos o piso inicial neste Estado, na década de 80. Hoje, é um salário mínimo o nosso piso inicial, depois de oito anos do governo Lerner.

O nosso funcionário de escola já recebeu mais que dois salários mínimos de piso inicial para ingresso na carreira. Hoje recebe 0,95 salários mínimos. É o piso, duzentos e vinte e oito reais.

Estamos angustiados, inquietos. Por isso estamos aqui. Nós queremos a compreensão do governo, da popu-

lação, para que possamos avançar sem ter que fazer greve. Agora, se o governo continuar sem apontar uma perspectiva, nós, infelizmente, vamos ter que chegar à greve e isto não queremos; por isso estamos aqui. O governo abriu as contas do Estado para que o nosso Dieese - que assessora o Sindicato, a APP, fizesse os cálculos. O Dieese levantou os números e felizmente o Paraná melhorou sua arrecadação.

O ICMS de janeiro foi 74% maior do que janeiro do ano passado; de fevereiro foi 26% maior do que do ano passado; de março foi 42% maior do que o do ano passado e a perspectiva de crescimento de receita este ano fica situada entre 15 e 20%. Ano passado crescemos 19,7%. Portanto há uma estimativa positiva do crescimento da arrecadação do Estado do Paraná. E observamos que o governo vem fechando torneiras de gastos desnecessários que o Estado fazia no passado. Isto é importante e apoiamos, mas queremos que isto seja revertido para a educação, também.

Então, estamos fazendo mais uma vez, aqui, nesta Casa, este apelo, solicitando o apoio à educação e aos educadores. O Paraná não pode continuar tratando seus educadores como bóias-frias da educação. É preciso tratar com respeito: pelo menos o que a inflação corroeu nos últimos 8 anos sem reajuste, seja reposto. Se o Estado não pode repor de uma só vez os 86%, faça um plano de reposição; estamos abertos para negociação. Se não pode ser agora no mês de abril, pode ser em maio, pode ser em junho, pode ser quando puder. Estamos abertos também à negociação! O que não pode é deixar a gente esperando o bolo crescer. O bolo cresce e não levamos nada.

Como já participamos de campanhas aqui no Estado, como "Cidadão Nota 10", cresceu a arrecadação. O Estado arrecadava 235 milhões por mês naquela época, hoje arrecada mais de 700 milhões por mês. E nós? Não tivemos absolutamente, nada! Nada nesse período. Estamos, mais uma vez aqui solicitando o apoio, não só o apoio com palavras, mas queremos que os deputados participem do debate, que formemos uma comissão aqui, que avaliemos as contas do Estado e vamos conversar com o governador Roberto Requião para que atenda os educadores sem que a gente precise paralisar.

Dia 17 de junho vai completar 5 anos que o nosso plano de carreira está aqui na Assembléia Legislativa e vai fazer 4 anos que foi aprovado o regime de urgência para ele. Nunca vi um regime de urgência tão comprido e tão longo como este do nosso Plano de Carreira, que pode ser o veículo para corrigir os nossos salários, e, portanto, vai receber, aqui o voto dos deputados a favor ou contra. Queremos 100% dos votos dos deputados aqui, para que o nosso Plano de Carreira seja aprovado, não seja vetado.

E, falando no dia 17 de junho, já está marcado o dia para todas as 2.400 escolas do Estado, e viremos para cá: 20, 30 mil professores e funcionários de escola e queremos que até esta data este Plano de Carreira seja

votado! Queremos que neste dia seja a última votação, aqui, nesta Casa.

Viremos para cá e contamos com o empenho e o apoio dos deputados na tramitação urgente deste projeto, já que está em regime de urgência há quatro anos!

Então, queremos que os nossos aposentados recebam o atrasado; são 50 reais para cada cargo. São 28 mil professores aposentados, são 35 mil cargos. Logo, é 1 milhão e 750 mil por mês. O impacto de 0,4% na Receita Corrente Líquida, algo muito pequeno, nós sabemos que o governo tem condições de atender o nosso pleito, de imediato estender essa gratificação aos aposentados e na sequência reajustar os nossos salários. Seja no reajuste ou seja na alteração aprovando o novo Plano de Carreira, que o Estado do Paraná é o único do Brasil que não reformulou o Plano de Carreira, depois da edição do Fundef, que determinou que os Estados tinham a obrigação de criar um plano novo de carreira para os seus educadores. O Paraná não fez isto; está devendo isso aos educadores e ao povo do Paraná. Conclamamos este Parlamento e o Governo do Estado do Paraná, que o façam e o façam de forma urgente.

Por isso, agradecemos mais uma vez esta Casa que nos recebe sempre, que desta vez nós possamos juntos construir de fato a educação que o Paraná precisa e os educadores do Paraná necessitam. O Paulo Freire nos ensina muito bem, que com a educação não se resolve tudo. Mas sem educação a gente não resolve absolutamente nada. E quem acha caro a educação - e também sabemos que quem acha caro a educação, que experientemente a ignorância; ela custa muito mais.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Solicito a V. Exa. que permaneça na tribuna, para saber dos senhores deputados se gostariam de fazer uso da palavra.

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem)

Senhor presidente, me chamou a atenção o pronunciamento do presidente da APP, que fala que o Estado não cumpriu o condicional que determina a Constituição, de aplicar 25% na Educação.

Gostaria de perguntar ao professor se o Tribunal de Contas aprovou as contas do então governo Jaime Lerner, porque constitucionalmente o Estado teria que cumprir a sua função de 25% na educação.

Queria perguntar ao professor, que tem esse acompanhamento belíssimo, esse departamento Dieese, que acompanha e que teve acesso às contas, que nos informasse, gostaria de saber, porque não estive nessa Casa nos últimos anos, saber se também esta Casa aprovou as contas do governo anterior, já que ele não cumpriu, baseado naquilo que o senhor diz aqui, o constitucional de 25% de aplicação na educação, se essa lei tem que ser seguida exatamente nesse sentido.

Essa é a colocação que gostaria de fazer ao professor.

O SR. JOSÉ LEMOS

Veja, o Tribunal de Contas aprovou com ressalvas, porque vocês conhecem muito bem, acaba aprovando com ressalva, recomendando que para o ano seguinte isso não se repita, mas tem repetido ano a ano.

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem)

E foi aprovado nesta Casa na seqüência...

O SR. JOSÉ LEMOS

Não tenho conhecimento se já passou aqui nesta Casa.

O SR. JOCELITO CANTO

Gostaria de registrar nesta Casa e já estou protocolando um ofício à Mesa, requerimento solicitando uma cópia de todo o pronunciamento do professor, ao mesmo tempo em que gostaria de solicitar também, que todo áudio do pronunciamento do professor me fosse fornecido; esse requerimento deverá estar nas suas mãos dentro de alguns instantes, presidente.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

A Mesa espera o seu requerimento!

Eu pediria ao professor que a cada dois ou três oradores pudesse anotar, para que a gente pudesse viabilizar que os deputados fizessem uso da palavra, pedindo perdão de chamá-lo de vereador ainda, pelo costume da Câmara Municipal.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Meu caro José Lemos, cumprimento a APP no seu nome, cumprimento os professores aqui presentes. Quero dizer, meu caro presidente da APP-Sindicato, que estivemos sempre juntos nas lutas da APP-Sindicato. Você, como toda diretoria sempre acompanharam, aqui nesta casa. Causa-me surpresa a afirmação que você nos faz, não está tendo acesso e nem diálogo com o governo, porque é de nossa informação que o governo tem todo o interesse de estabelecer um diálogo muito firme com a APP-Sindicato.

A APP-Sindicato tem participado das decisões na Secretaria de Educação. Exatamente por isso já foram cumpridas reivindicações do magistério do Paraná, que tinha sido surrupiadas pelo governo anterior, como por exemplo: 20% de hora-atividade, como o pagamento de 1/3 de férias, que não se viabilizava mais, mas que no início deste governo o governador Requião já determinou o cumprimento, porque é cumprir a lei.

Há a vontade do governo Requião, que haja um diálogo muito claro, não só com a APP-Sindicato, mas com todos os trabalhadores do Estado do Paraná, da iniciativa privada ou do setor público. Há um compromisso claro do governador Requião de repor as injustiças que a

Educação do Paraná teve! Oito anos do governo Jaime Lerner, 86% de defasagem salarial.

Lembro-me aqui nesta Casa, quando fizemos um trabalho árduo para aprovar os R\$100,00 de abono para os inativos, que foi aprovado por esta Casa e foi vetado pelo governador.

Portanto, meu caro presidente, o senhor sabe a situação que o governador Requião herdou esse Estado. As dificuldades que ele está tendo para resolver os graves problemas estruturais existentes no Paraná. O senhor sabe do compromisso que o governador Requião tem com relação à Educação, compromisso de reposição salarial, de fazer justiça, de fazer uma Educação de qualidade, de nível, de respeito e de orgulho para o povo paranaense, e isso será cumprido. Naturalmente que em três, quatro meses de governo, isso é impossível, principalmente tendo em vista a situação em que foi deixado o Estado do Paraná.

O governador já cumpriu algumas coisas que tanto eram pedidas e que foram repostas, como por exemplo a justiça do pagamento de 1/3 de férias que se fazia no final do ano ou de forma escalonada.

Concordo em número e em grau com o seu argumento; eu lhe respeito muito porque lhe conheço. Aliás, o senhor, que é da minha região, nos orgulha muito, porque faz um trabalho extraordinário na APP-Sindicato.

Em nome do meu partido, PMDB, que a APP-Sindicato e os professores que aqui estão podem ficar tranquilos, porque não vai faltar capacidade de diálogo desse governo, não vai faltar disposição para resolver os problemas da Educação. Pelo contrário, eles serão resolvidos e nós teremos orgulho da Educação Pública, que será com qualidade, com seriedade e com muita firmeza que nós teremos com esse período de mandato.

Por isso, senhor presidente, o senhor pode levar essa mensagem aos demais professores que não estão presentes. A luta é justa e legítima; quem não luta pelos seus direitos não consegue; quem não se une, não reivindica, não conquista.

Por isso, tem o nosso apoio e é legítimo todo o movimento que se faz. Agora, acho que não vai ser preciso a APP-Sindicato convocar uma greve, porque tenho certeza que todo o esforço do governo será feito para que a Educação do nosso Estado seja tratada com respeito, seriedade. E essas injustiças, que foram praticadas ao longo dos anos, possam ser agora revistas e ser de novo a melhor do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Outro orador inscrito, deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA

Senhor presidente da APP, primeiro lugar meu respeito, minha total concordância com as suas palavras no que concerne à necessidade do Estado investir em educação, porque na minha prática política e na minha visão de

mundo e de estratégia de futuro para este Estado e este país, vale o princípio socrático, as cidades não precisam ser governadas; precisam ser educadas.

Há gravidade no relatório do Tribunal de Contas que V. Exa. traz à apreciação desta Assembléia. Diz que o governo anterior não aplicou o princípio constitucional de 25% de investimento mínimo na educação.

Gostaria de saber: em que exercício foi isso e quem é a autoridade que assina esse relatório?

O SR. JOSÉ LEMOS

Deputado Rafael Greca, esse é um documento assinado pelo procurador geral da época, que hoje é conselheiro, Fernando Augusto Mello Guimarães. É do exercício de 2001. E tem algo melhor do que isso aqui, que é a instrução do Tribunal que é anterior a esse documento que chega para os conselheiros.

Esse aqui é aquele que passou pelos conselheiros e vem aqui para a Assembléia. Tem um documento mais detalhado.

O SR. RAFAEL GRECA

Em primeiro lugar quero advertir os que me vaiaram, que não me importa nenhum pouco que interpretem a Assembléia como um programa de auditório, a política do Brasil não pode ser vista como um “Programa do Ratinho”, ou do “Sílvia Santos”, e sobretudo, quando se trata da educação. Esta Casa tem que ser respeitada, porque se não houver educação em quem pretende educar, daí então é que não haverá nunca respeito para a Educação.

Em segundo lugar, quero lembrar que é muito importante a opinião desse procurador, e é muito importante tanto a minha pergunta quanto a sua resposta, porque a denúncia trazida hoje contesta um governo, contesta o rompimento de um preceito constitucional.

Veja, eu estava no governo do Jaime Lerner, era seu secretário de Comunicação, de todos é sabido que rompi politicamente com ele, apoiei a eleição do Roberto Requião e, no entanto, eu, dentro do governo não sabia disso.

Há dentro do Estado do Paraná uma espécie de ovo de serpente que tem que ser desenterrado. E aí há uma discussão que tem que ser feita à minúcia e, sobretudo se diz respeito à educação.

V. Exa. faz um grande serviço ao Estado e aos paranaenses, e esse serviço não pede demagogia, nem palavra fácil, nem o aplauso do programa do auditório ou do circo moderno, ele pede que se fale para os que vão nascer, para história, para os que merecem as primeiras letras, para os que merecem as luzes do conhecimento e do futuro, e é desses que eu quero um dia merecer bônus e julgamento.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (Pela Ordem)

Senhor presidente.

Estou pedindo pela ordem porque foi mencionado pelo deputado Jocelito e também algum outro deputado

que não me lembro o nome, se essas contas foram aprovadas por esta Casa de Leis e eu gostaria de contribuir nesse sentido porque acredito que o professor José Lemos não acompanhou, na época, todas as Sessões desta Casa e esse projeto, as contas do governo Jaime Lerner, vieram no final do ano passado, com exceção do ano de 2002 e foram aprovadas nesta Casa com voto contrário nosso, deputados de Oposição na época.

Só para esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Esta Mesa que tem inscritos: deputados Neivo Beraldin, Wanderlei Iensen, Tadeu Veneri, Elton Carlos Welter e Pedro Ivo. Cinco deputados ainda inscritos. O horário encerrou, e esta Casa, pela importância do assunto, vai abrir mais dez minutos para que os deputados em bloco façam o questionamento e depois o senhor José Lemos faça a intervenção final.

Com a palavra o deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente José Lemos, na verdade, esse grande debate nós já travamos aqui nesta Casa, no governo passado. Cada quadrimestre nós estávamos lá para questionar o secretário da Fazenda, na época, sobre a não aplicação devida à Educação.

Na verdade, para fazer justiça, os técnicos do Tribunal de Contas sempre escreveram o desvio de conduta do governo passado.

Outro fato que é inquestionável num debate ali no Centro de Convenções de Curitiba, eu via os conselheiros do Tribunal de Contas passando instruções aos municípios de como aplicar o dinheiro no Fundef, como aplicar na Educação, e eu fiz, naquele momento, uma questão de ordem (e por coincidência está também hoje o conselheiro Fernando) e disse: “Olha aqui, esses são os documentos do Tribunal de Contas que identificaram a não aplicação dos recursos devidos na área de Educação, sendo que o Estado investiu apenas 21%, que o Estado não tem conta específica para administrar o dinheiro do Fundef. Essa pergunta, essa indagação foi feita para o governo passado inteiro, nunca veio essa resposta.

E para ser justo, no ano passado, também, nós que lutamos muito para que essas contas do governo Lerner não fossem aprovadas nesta Casa, tivemos a grande tristeza de, na última Sessão do ano, receber todas aquelas contas para serem aprovadas, e não foram apenas quatro, oito anos, e sim doze anos, porque vieram também contas do governo anterior e numa única Sessão se deu o aval e o decreto final, porque o Tribunal de Contas tem obrigação de avaliar tecnicamente e dar o parecer prévio a favor ou contra, mas quem rejeita ou aprova a aplicação do dinheiro público é este Parlamento.

Por isso, eu tenho cada dia mais procurado falar para os nossos colegas, procurado alertar a Casa para importância da aprovação do orçamento e a fiscalização da aplicação do orçamento.

O dia em que este Poder se manifestar em alto e bom som e destinar os recursos arrecadados à sociedade, nós teremos, com certeza, mais aplicação na Educação; mais aplicação na Segurança Pública; mais aplicação na Saúde; porque se hoje, tornarmos público o dinheiro em publicidade e propaganda gasto na região de Guarapuava, Cascavel, vamos ver que foi muito mais dinheiro em publicidade e propaganda do que Segurança, Saúde e Educação para a nossa gente.

O SR. RATINHO JÚNIOR (Pela Ordem)

Senhor presidente.

Quero dizer que nos causa indignação saber que a Assembléia aprovou esse tipo de contas.

E dizer ao deputado Rafael Greca, que em algumas coisas eu concordo com ele e em outras eu discordo; primeiro, que aqui é uma Casa de Leis e também é uma Casa do povo. E o povo tem total direito de vir aqui fazer a manifestação que quiser. E dizer também que muitos programas de auditório como o do Sílvio Santos e do Ratinho, ajudam muito mais o povo do país, do que muitas autoridades que são eleitas e não fazem nada pelo povo.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Agradecemos, deputado Ratinho.

Passamos a palavra ao deputado Vanderlei Iensen.

Esta Mesa pede às galerias pelo curto espaço de tempo que temos, que por favor permaneçam em silêncio, se possível, para que possamos ouvir os oradores.

Temos quatro inscritos e só três minutos e meio, depois dos dez já concedidos.

O SR. VANDERLEI IENSEN

Gostaria de primeiramente me solidarizar com esse movimento dos professores, até porque tenho na minha família alguns professores e acompanho de perto essa situação terrível, muitas vezes vexatória que os nossos professores têm passado com relação aos seus salários.

A pergunta que eu lhe faço e talvez tenha me passado na hora da sua colocação, o senhor tem, não sei se já existe esse índice, de quanto o governo passado gastou em educação no ano de 2002?

O senhor tem essa informação?

Gostaria de saber se já foi falado esse índice exato ou se apenas genericamente, porque me parece que ouvi menos de 25%, mas não se tem esse índice exato.

O SR. JOSÉ LEMOS

Exato, não temos. Mas, menos de 25%.

O SR. VANDERLEI IENSEN

Coloco isso porque voto para o governo, faço parte da base e como disse o deputado Nereu Moura, acredito que o governador Requião vai cumprir a Constituição.

Não tenho a menor dúvida que a partir deste ano de 2003 esse mínimo de 25% será aplicado em Educação. Estamos aqui para acompanhar isso. Mas, quero deixar essa colocação aos professores que tenho certeza que o governo Requião pelo menos 25% vai investir neste ano. Acredito que esse número irá aumentar, pelas conversas que temos tido com o governador, que ele tem interesse em aumentar esse índice.

Vamos estar juntos, acompanhando para esse trabalho tão importante da Associação dos Professores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Deputado Tadeu Veneri.

O SR. TADEU VENERI

Deputado Natálio Stica, presidente da Assembléia neste momento, professor Lemos.

Só gostaria de fazer uma sugestão. Acho que dentro de tudo aquilo que o professor Lemos colocou e que outros deputados também colocaram como preocupação com relação à educação, parece-me que há dois pontos que temos de atentar.

Um deles diz respeito ao PCCS, que como o senhor mesmo colocou fará aniversário de 5º ano agora em regime de urgência. Parece-me que nós podemos ir ao encontro desta aspiração dos professores, buscando junto à Secretaria de Educação, junto ao governo, um projeto que possa contemplar os professores e os funcionários.

Em segundo, gostaria de deixar a sugestão também, porque sei que há um projeto nesta Casa que tramitou e hoje teria que ser novamente encaminhado; é um processo que prevê a eleição direta dos diretores de todas as escolas, sem gerentes políticos.

Com isso estaremos dando uma contribuição, e essa contribuição poderá ser permanente, sem que tenhamos que fazer ponto a ponto, apagar incêndios e fazer alguns remendos, porque eles nem sempre acabam sendo úteis por um tempo mais duradouro.

Então, gostaria de saudá-lo e deixar na Comissão de Educação, na qual eu, deputado Rafael Greca e outros deputados aqui que fazem parte, deputado Curi, que essa comissão possa ser porta-voz de fato, da Educação, e que nós possamos criar nesses próximos quatro anos um diálogo como nunca houve nos oito anos anteriores, que nós, definitivamente, não queremos repetir.

Para isso, temos que achar outro caminho que certamente será diálogo, porque se não for assim, não haverá porque buscarmos fazer com que pendências sejam solucionadas.

Obrigado, professor Lemos e, mais um vez, parabéns pela sua presença!

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Deputado Elton Carlos Welter.

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Professor José Lemos.

Toda vez que se fala em orçamento ou se faltou dinheiro para a Segurança, para a Saúde ou Meio Ambiente, se fala nas principais leis que envolvem o planejamento estadual, municipal ou federal. Envolve a LDO, a PPA e o orçamento anual.

Minha gente, estamos assumindo um novo mandato, estamos no início do governo e nós gostaríamos, e muito, que realmente aquilo que fosse aprovado por esta Assembléia fosse executado de fato.

O remanejamento, muitas vezes, professor José Lemos, vocês podem contribuir conosco. E realmente na fiscalização, que é o papel nosso, mas também é da sociedade acompanhar de perto os seus deputados que são eleitos.

Portanto, é um desafio para esta Casa, para que toda vez que vierem os segmentos organizados que aqui pleiteiam mais recursos, que seja cumprido aquilo que determinamos, aquilo que votamos nesta Casa. Então, é isso que eu queria dizer e também finalizar dizendo o seguinte: tenho clareza de que o governo Requião, quando indicou o Maurício Requião para a pasta da educação, a vontade é de que realmente essa pasta tenha uma atenção especial nesses próximos quatro anos.

Era isso!

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Último deputado inscrito, Pedro Ivo.

O SR. PEDRO IVO ILKIV

Senhor presidente da APP, senhor Lemos, demais profissionais da Educação; deputadas e deputados presentes.

Se estamos aqui hoje como deputados, como legisladores, se pertencemos ao Poder Legislativo, é porque vivemos em um regime democrático. E a forma mais eficaz do exercício da democracia, é a educação. A fome, a miséria, a ignorância não devem ser a fórmula usada para que os políticos se mantenham no poder. E tenho certeza que é assim que nós todos que estamos aqui, pensamos: a importância que é a Educação para a democracia, para o desenvolvimento, para a economia do nosso País. Não se acerta a economia de um País com um pacote econômico, mas sim fazendo com que cada universidade seja um centro de pesquisa, de desenvolvimento de novas tecnologias, de integração das empresas. É a partir da educação que, além de se manter a democracia, se desenvolve o nosso País.

Quanto à questão da gratificação dos professores, se os da ativa têm essa gratificação, parece-me ser muito justo que os professores aposentados também a tenham, porque se não se tem a impressão de que está se colocando à margem, de lado, que não necessitamos mais da contribuição desses que já se aposentaram, que eles não são mais tão importantes para nós quanto aqueles que estão na ativa.

E tenho certeza, a linha de pensamento do governo Requião não é essa. E a dos deputados que estão aqui, também não é e que nós todos aqui, com muito diálogo, tenho certeza que nunca se teve tanta vontade de discutir, de trazer a participação das pessoas como neste governo está acontecendo.

Que possamos, a partir da Comissão de Educação, que tem como presidente o deputado Tadeu Veneri, que se possa buscar a participação de muitos deputados, porque temos aqui deputados com vontade de se somar a essa luta, para que essa luta dos professores seja também a nossa luta do Poder Legislativo e que essa luta tenha êxito.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Agradeço, deputado Pedro Ivo.

Concedo-lhe três minutos para que V. Sa. faça suas considerações finais.

Antes porém, quero comunicá-lo que o projeto que autoriza o Poder Executivo a implantar o Plano de Cargos e Salários dos Professores, dos trabalhadores da Educação, ele está arquivado, porque, terminada a legislatura, é arquivado automaticamente.

Então, certamente a Comissão de Educação, presidida pelo deputado Tadeu Veneri e demais deputados, já deve estar fazendo uma conversa com o governador no sentido que mande uma mensagem, até para que não seja o projeto feito por esta Casa e que se torne inconstitucional.

V. Sa. tem três minutos para fazer as considerações finais.

O SR. JOSÉ LEMOS

Eu chamo aqui de companheiros os deputados, inclusive, e o deputado Nereu Moura, que é da nossa região, que sempre esteve conosco em todas as batalhas, e dizer que estamos tendo diálogo, sim, com o governo. Se o meu pronunciamento inicial apontou para o rompimento do diálogo, está errado. Temos, diálogo, sim! Hoje foi a nona reunião com o governo. Nós tivemos alguns avanços importantes, como o deputado já citou; isso nós reconhecemos. Agora, o salário não dá mais para continuar como está! Foi corrigido de todos os demais servidores, exceto o da Educação. E lembro que no início do ano o governador Roberto Requião, na imprensa, disse que ele fez das tripas, coração, para atender à Polícia Militar. Eu acho justo, mas o nosso pleito também é justo, tanto quanto o dos demais servidores.

Portanto, queremos um tratamento digno, e que o recurso da Educação seja aplicado na Educação, pelo menos este, seja aplicado na Educação. E isso nós vamos dialogar com o governo à exaustão. Não queremos chegar ao ponto de ter que fazer greve.

Por isso, queremos o apoio de todos os deputados para construirmos o nosso Plano de Carreira aqui, para que possamos receber essa gratificação dos aposentados,

que está atrasada. Vai fazer um ano agora em junho, essas parcelas atrasadas.

Então, nesse sentido, vamos fazer de tudo para não termos que paralisar. Nós também indicamos votos neste governo e queremos que ele atenda o nosso pleito que é por demais justo.

Deputado Rafael Greca, nós já fizemos essa denúncia, inclusive ao Ministério Público. Deputado Neivo Beraldin, com relação ao Fundef, nós também já levamos ao Ministério Público, inclusive aqui neste mesmo documento o Tribunal trata: Fundef, fatos anômalos, e daí, descreve várias irregularidades.

Então, deputados que se pronunciaram, o nosso agradecimento já antecipado. Queremos contar com todos, sem exceção para que possamos avançar, para que o Paraná de fato respeite o seu povo, investindo na Educação, que é o caminho que pode nos levar ao desenvolvimento. Não podemos continuar com o maior índice de eleitores analfabetos! Não podemos continuar com o segundo lugar com crianças fora da escola! Não podemos continuar sendo, da região Sul, o Estado com maior número de analfabetos! Somos um Estado rico, o nosso porto não dá conta de exportar as nossas riquezas, precisa ampliar! Nós sabemos que os cofres estão se abastecendo, cada vez mais impostos! Portanto, queremos um tratamento justo para a Educação e para com os educadores.

O nosso agradecimento ao deputado Tadeu Veneri, presidente da Comissão de Educação, que fez um esforço grande para nos acolher aqui hoje nesta Casa, e também o deputado Vanhoni, Líder do Governo, que foi conosco ao Palácio Iguaçu. Enfim, todos os deputados desta Casa, ao presidente, nosso companheiro, que a gente possa avançar dialogando, mas é preciso que a gente tenha de fato algo concreto.

Obrigado.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Nós agradecemos o professor presidente da APP - Sindicato, José Lemos, agradecemos a presença de todos os professores nesta Casa. Este é o verdadeiro exercício da democracia e aqui é o Parlamento, aqui é onde se discute.

E tenham, senhores e senhoras, a certeza, em nome dos 54 deputados estaduais do Paraná, que esta Casa sabe valorizar a Educação e aqui é que discute a democracia, inclusive a democracia republicana, mesmo sabendo que ela tem critérios.

Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem)

Senhor presidente, senhores deputados, o Partido dos Trabalhadores tão bem representado nesta Casa pelo eminente deputado André Vargas, presidente do Partido e demais companheiros e representado nessa figura que

hoje é o nosso presidente da Casa, deputado Stica, e mais na pessoa do nosso presidente, Luís Inácio Lula da Silva, que se elegeu nas últimas eleições falando bastante da saúde, mostrando aqueles filmes que Maria ia até o posto e não arrumava remédio e a Tereza que tinha o plano de saúde era atendida na hora.

Baseado em tudo isto, senhor presidente, acabo de receber a informação que o vereador Leopoldo Cunha, de Ponta Grossa, acabou de encerrar a Sessão do Legislativo de Ponta Grossa, e ele que até é meu adversário político, neste momento acaba de sair de Ponta Grossa, está vindo a pé de Ponta Grossa a Curitiba para protestar pelas faltas de UTI's lá na região de Ponta Grossa.

Senhor presidente, veja a que ponto nós estamos chegando! Um vereador do município de Ponta Grossa, jovem, meu adversário político, está saindo neste momento usando aquilo que nos ensinou o Partido dos Trabalhadores, que é o protesto justo, honesto, de direito, está saindo a pé, como nos velhos tempos dos tropeiros que vinham de Viamão a Sorocaba, nas mulas, ele está vindo a pé diretamente de Ponta Grossa para aqui protestar contra as UTI's!

Então queria pedir permissão a V. Exa.: eu vou a Ponta Grossa para voltar com ele, como forma de fortalecer o movimento de um jovem, meu adversário político, mas meu companheiro da cidade, que nós estamos lutando aqui por uma melhoria na saúde. É um protesto simbólico, mas um protesto que acima de tudo, tem que ter o respeito deste Paraná, porque lá na base, quando morre alguém, quem passa as dificuldades somos nós, os vereadores, os deputados que vivem o dia-a-dia da cidade, e nós os políticos que nos elegemos com o voto do povo.

Então, eu peço autorização a V. Exa., que como deputado que sou, oriundo do povo, jamais poderia deixar esse vereador marchar sozinho. Não sei quanto tempo vai durar, não tem problema, mas eu vou marchar junto com ele, porque é um protesto justo e que nós entendemos que tem que ter o nosso apoio.

Muito obrigado, senhor presidente, pela compreensão.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Horário destinado às Lideranças.

(Declinam)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, devidamente apoiado, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria da deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Indicação nº 01/2003, autoria do deputado Delegado Bradock, constante do expediente, sugerindo a criação, em caráter emergencial, de um posto de atendimento do Corpo de Bombeiros na cidade de Laranjeiras do Sul. **À Comissão de Segurança Pública.**

Indicação nº 02/2003, autoria do deputado Delegado Bradock, constante do expediente, sugerindo a criação da 21ª Subdivisão Policial concomitante com a implantação do IML na cidade de Laranjeiras do Sul. **À Comissão de Segurança Pública.**

Indicação nº 03/2003, autoria do deputado Delegado Bradock, constante do expediente, sugerindo a criação, no âmbito das Polícias Civil e Militar do auxílio-moradia e transporte para os servidores públicos na ativa que ganham até R\$1.500,00. **À Comissão de Segurança Pública.**

Indicação nº 04/2003, autoria do deputado Delegado Bradock, constante do expediente, sugerindo a criação do Batalhão de Operações Especiais em todo o Estado do Paraná. **À Comissão de Segurança Pública.**

Indicação nº 05/2003, autoria do deputado Delegado Bradock, constante do expediente, sugerindo a criação da Central de Abastecimento do Paraná - Ceasa, na região no Norte Pioneiro, com sede na cidade de Santo Antonio da Platina. **À Comissão da Agricultura, Indústria e Comércio.**

Indicação nº 06/2003, autoria do deputado Reni Pereira, constante do expediente, sugerindo a diminuição da alíquota do ICMS para o alho. **À Comissão de Finanças.**

Indicação nº 07/2003, autoria do deputado Reni Pereira, constante do expediente, sugerindo a estadualização do trecho de 28 quilômetros entre os municípios de Altamira do Paraná a Laranjal, prolongando a Rodovia PR-364. **À Comissão de Obras, Transporte e Comunicação.**

Indicação nº 08/2003, autoria do deputado Delegado Bradock, constante do expediente, sugerindo a adoção de medidas relativas à percepção de gratificação de substituição para delegados de polícia. **À Comissão de Segurança Pública.**

Requerimento nº 702, de autoria do deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, solicitando a diminuição do interstício para a realização de Sessão Ordinária, antecipando a Sessão do dia 24 de abril, quinta-feira.

Esta Presidência pede que se encaminhe ao deputado para que ele reformule o pedido. Será colocado em votação o pedido do deputado Accorsi, antecipando a Sessão de quinta-feira, para hoje, após o término da Sessão desta quarta-feira. Em votação.

O SR. TADEU VENERI

Senhor presidente, eu gostaria de um esclarecimento.

(Assentimento)

Até onde eu sei, as Sessões de quinta-feira foram suspensas em função das CPI's. Não vejo o porquê de antecipar isso.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

A cada semana, se for o caso, a gente pede para as Sessões de quinta-feira ficarem para as CPI's. Não há ainda uma determinação. Há um pedido do deputado Accorsi, para que a Sessão de amanhã seja antecipada para hoje.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente.

Tendo em vista que parece que o Plenário vai aprovar a Sessão de amanhã, para hoje, eu quero aproveitar a oportunidade para convidar os membros da CPI do Banestado, para que estejam amanhã conosco, junto com o Ministério Público Estadual, onde faremos uma reunião interna, para aproveitar a quinta-feira, que não teremos Sessão.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Comunicado do deputado Neivo Beraldin, que amanhã a Sessão ficará destinada ao horário da CPI do Banestado, às 11h00.

O SR. NEIVO BERALDIN

Será no nosso gabinete, onde trabalham os técnicos que estão dando sustentação à CPI.

O SR. TADEU VENERI

Senhor presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Apenas para mais um esclarecimento que eu gostaria da Mesa: a Sessão, sendo quinta-feira e feita no dia de hoje, se caracteriza como Sessão Extraordinária?

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Não. Normal. Não terá jeton, deputado Veneri.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, eu gostaria de perguntar a V. Exa., se houve alguma sessão Extraordinária neste período letivo.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Não houve nenhuma no ano de 2003. Os deputados que aprovam o requerimento, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 622/2002, de autoria dos deputados José Maria Ferreira e Orlando Pessuti,

que concede título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao professor Dr. Mehry Bacila. **COM PARACER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 099/2003, de autoria dos deputados Barbosa Neto e Elza Correia, que concede título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Francisco de Assis Lemos de Souza. **COM PARACER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 134/2002, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que regulamenta o artigo 2º da Constituição do Estado do Paraná. **COM PARACERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. (Publ. no DA nº 022/2002, de 19/03/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 134/2002

P A R E C E R :

Fazendo jus à alçada da Comissão de Constituição e Justiça, deve-se sopesar quanto ao aspecto constitucional, legal, jurídico, de técnica legislativa e estrutural do Projeto de Lei Complementar nº 134/2002 de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, que tem por desígnio regulamentar o artigo 2º da Constituição do Estado do Paraná.

A justificativa do acima aclarado projeto de lei tem seus elementos basilares fulcrados no artigo 1º, parágrafo único da Constituição Federal, no que tange ao desempenho do poder perpetrado diretamente pelo povo, por meio de referendo, plebiscito e iniciativa popular. Tal justificativa é fundamentada pelo fato de que o artigo 2º da Constituição do Estado do Paraná ainda não foi regulamentado por esta Casa de Leis, fato que impede o exercício regular de um dos pilares da democracia: a soberania popular.

Ressalta ainda que tal regulamentação é de importância ímpar para a sociedade, visto que determina os requisitos necessários para consolidação dos direitos elencados no artigo 14 da Constituição Federal, e artigo 2º da Constituição do Estado do Paraná, de modo a prestigiar o estado democrático de Direito.

Diante da situação em tela, este parlamentar manifesta-se de modo favorável, em vista da constitucionalidade e oportunidade da matéria. Todavia, deve-se fazer a seguinte observação quando nos referimos à oportunidade da matéria, há de se considerar que a forma de proceder com a iniciativa popular já está disposta na Constituição Federal, mais precisamente em seu artigo 61, parágrafo 2º, porém quando nos referimos à competência estadual, nada está tutelado.

Corroborando com o que foi aclamado, deve-se informar ao futuro relator da proposição que, com a ressalva de que foi vislumbrada uma impropriedade em

matéria que adentrará no mérito da presente lei - o que será objeto de oportuna emenda aditiva - não atenta para mais nada que possa impedir a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 15.04.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 134/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado José Maria Ferreira, regulamenta o artigo 2º da Constituição do Estado do Paraná.

Sobre a matéria já existe pronunciamento favorável, pela douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, para esta Comissão de Finanças não há óbice para que a matéria possa tramitar por esta Casa de Leis, na forma apresentada.

Assim sendo, no âmbito desta Comissão Técnica, conforme o disposto no artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno, opinamos pela aprovação da matéria, através do parecer favorável ao Projeto de Lei nº 134/2002.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.04.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
VANDERLEI IENSEN - Relator

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Para Encaminhar)

Senhor presidente, antes de fazer o encaminhamento do projeto de lei de minha autoria, nº 134/2002, eu queria me reportar um pouco ao que foi discutido aqui nesta Casa.

A questão da reivindicação dos professores é coisa das mais justas que tem. O artigo 5º da Constituição diz que todos são iguais perante a lei. O artigo 37 da mesma Constituição, estabelece os mesmos critérios para os servidores que estão na ativa e os que estão aposentados, os pensionistas. Então, não há o que discutir!

Tenho certeza que o governador Roberto Requião - que deu o nome num programa no seu primeiro governo, de Maria Augusta, que foi a sua primeira professora, não vai deslustrar a figura de sua primeira professora não concedendo esse abono de R\$100,00, estendendo também aos aposentados e pensionistas, porque é um direito, consolidado, cristalino; não se discute. Discute direito e não cumpre quando cristalino, quando assegurado através da lei aquele governo que não tem a intenção de cumprir com os compromissos que o cargo lhe impõe. Portanto, não creio que o governo Roberto Requião não cumpra.

Com relação às correções, não venho fazer a defesa do governo; quem fez foram os deputados Nereu Moura e Anibelli, mas não podemos esperar que o governo restitua todas as perdas em três meses! Agora, como disse Jocelito, é preciso que se encaminhe nessa

direção, porque a defasagem está muito, muito acen-
tuada!

Lembro mais, deputada Luciana Rafagnin. Quando V. Exa. apresentou o projeto, esta Casa o acolheu; depois, na apreciação do veto, com as galerias cheias, ele não foi derrubado! Lembro também, como se fosse hoje, nesta primeira fila, tinha duas senhoras, uma de 83 anos que não se conteve, em lágrimas, a dizer: “era o dinheirinho que eu tinha para poder pagar o meu remédio”, e na oportunidade eu disse que via naquela senhora a minha mãe, que também é professora aposentada. Trabalhou 39 anos para o Estado, tem 81 anos.

Há uma questão de Justiça que tem que ser reequi-
parada, não é nem programa de governo, não é nem ação
de governo, é ação civil, é ação de cidadania!

E este projeto que estarão votando hoje, ele tem,
justamente, deputada Luciana Rafagnin e deputada Elza
Correia, o condão de trazer maior cidadania e participa-
ção do homem, da mulher, da sociedade, nas grandes
decisões que haveremos de tomar por esta sociedade
paranaense. Ele regulamenta o artigo 2º da Constituição
do Estado que reza o seguinte: “a soberania popular está
exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e
secreto, nos termos desta Constituição e da lei, mediante:
1º) plebiscito; 2º) referendo; 3º) iniciativa popular.

Este artigo 2º da Constituição do Estado do Paraná
está respaldado no artigo 14 do capítulo dos Direitos
Políticos, que diz: “a soberania popular será exercida
pelo sufrágio universal, pelo voto direto e secreto, com
valor igual para todos e nos termos da lei, mediante tam-
bém plebiscito, referendo e iniciativa popular.

Ora, toda vez que tivermos que dispor, que tiver-
mos que alienar um bem, um valor fundamental para o
Estado do Paraná, a sociedade paranaense é convocada a
ouvir, é convocada a decidir sobre a questão da disponibi-
lidade daquele bem, porque, um bem quando construído
em nome do povo, quando construído em nome da socie-
dade, ele não se presta apenas a uma geração ou muito
menos ao governante que está de plantão, mas presta-se
àqueles que virão.

E foi por isso que, pensando um ano antes da pri-
vatização do Banestado, apresentamos este projeto, depu-
tado Padre Paulo, para que pudéssemos ter um
instrumento político na mão da sociedade e fosse de
impedimento, com certeza havendo a indisponibilidade
deste patrimônio. Se existe dentro do órgão público um
ente, um organismo que está doente, não se extingue:
melhora, pune os responsáveis, porque, se fosse assim, o
Doutor Luciano estaria matando os doentes para acabar
com a doença! O poder público também não pode extin-
guir os órgãos, que eventualmente possam apresentar
dificuldades.

Se tivesse votado esse projeto um ano antes, não
teríamos que ter todo aquele empenho que muitos dos
parlamentares da gestão anterior tiveram, na defesa da
Copel, porque teríamos o instrumento da consulta, que
obrigaria o governo a consultar a sua população se este

era o desejo da disponibilidade daquele bem, se aquele
bem a sociedade não deveria entender como um bem per-
manente. E a Copel, entendendo como um bem permanente
da sociedade paranaense, por isso, a importância da sua
preservação.

E peço aos senhores deputados o voto para que
aproveamos esse projeto, que seja um instrumento desta
Casa e da sociedade paranaense.

Agradeço, senhor presidente, a tolerância dos 2
minutos e 35 segundos.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Os senhores deputados que aprovam, permaneçam
como estão.

Aprovado, por unanimidade.

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº
110/2003, de autoria do deputado Nereu Moura que insti-
tuiu a Região Metropolitana de Cascavel. PARECERES
FAVORÁVEIS DA CCJ E Cf. **Aprovado. (Publ. no DA.
nº 006/2003, de 17.03.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº110/2003

P A R E C E R :

O Projeto de Lei Complementar nº 110/2003, de
autoria do deputado Nereu Moura, instituiu a Região
Metropolitana de Cascavel.

A criação da Região Metropolitana de Cascavel, é
constitucional e está prevista no artigo 21 da Constituição
Estadual:

“Art. 21 - O Estado instituirá mediante lei comple-
mentar, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e
microrregiões constituídas por agrupamentos de municí-
pios limítrofes, para integrar a organização, o planeja-
mento e a execução de funções públicas de interesse
comum, assegurando-se a participação dos municípios
envolvidos e da sociedade civil organizada na gestão
regional”.

A criação do Conselho Deliberativo e do Conselho
Consultivo da Região Metropolitana de Cascavel também
não encontra óbices na Constituição Estadual.

“Art. 23 - É facultada a criação, mediante lei, de
órgão ou entidades de apoio técnico de âmbito regional,
para organizar, planejar e executar as funções públicas de
interesse comum”.

Por fim, o artigo 6º que autoriza o Chefe do Poder
Executivo a proceder o remanejamento orçamentário
para atender a criação da região metropolitana também
encontra amparo na Constituição Estadual.

“Art. 26 - Serão instituídos, por lei complementar,
mecanismos de compensação financeira para os municí-

pios que sofrem diminuição ou perda de receita, por atribuições e funções decorrentes do planejamento regional”.

Pelo exposto, o projeto não encontra óbice de natureza constitucional, motivo pelo qual opino favoravelmente à sua regular tramitação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.04.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 110/2003

P A R E C E R :

O plano de lei complementar em exame é de autoria do ilustre deputado Nereu Moura, que objetiva instituir a Região Metropolitana de Cascavel.

Sobre a matéria, já existe o pronunciamento favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

No que concerne a análise desta Comissão de Finanças, nada encontramos que possa impedir a normal tramitação da proposta, estando a matéria em perfeitas condições de merecer a apreciação finalística do douto Plenário, desta Assembléia, cumprindo-nos a missão de louvar a iniciativa, conotando a importância, o alcance e mérito da questão.

E sendo assim, seguimos o entendimento da Comissão de Constituição e Justiça e manifestamos nosso parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.04.2003.

(aa) ELIO RUSCH- Presidente
ANDRÉ VARGAS - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 005/2003, de autoria da Comissão Executiva, que revoga a Resolução nº 020/2001, de 11 de dezembro de 2001, que fixou regras para a celebração de convênio entre a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e a Parana Previdência, com vistas à instituição de um plano de previdência para os detentores de mandato eletivo junto ao Poder Legislativo Estadual. **PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO EXECUTIVA. Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 005/2003

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica revogada a Resolução nº 020/2001, de 11 de dezembro de 2001, que fixou regras para a celebração de convênio entre a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e a Parana Previdência, com vistas à instituição de um plano de previdência para os detentores de mandato eletivo junto ao Poder Legislativo Estadual.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15.04.2003.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

RESOLUÇÃO Nº 020/2001

DATA:

11 de dezembro de 2001.

SÚMULA:

Fixa regras para celebração de Convênio entre a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e a Parana Previdência, com vistas à instituição de um Plano de Previdência para os detentores de mandato eletivo junto ao Poder Legislativo Estadual.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo nos termos do artigo 73, da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1º - A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, firmará com a Parana Previdência, serviço social autônomo com personalidade de direito privado, convênio para a operacionalização do Plano de Previdência de que trata o artigo 75, da Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998.

Art. 2º - A celebração do convênio de que trata o artigo 1º observará as regras estabelecidas na presente Resolução.

Art. 3º - O plano de previdência referido no artigo 1º - terá por finalidade: conceder aos deputados da Assembléia Legislativa do Paraná, em caráter complementar e sob o regime de capitalização, os benefícios de que tratam os artigos 44, 45, 46, 47, 48, 50 e 51 da Lei nº 12.398/98.

Parágrafo Único - Para efeito de concessão dos benefícios mencionados neste artigo, ter-se-á por base o pressuposto de que o teto do Regime Geral da Previdência Social será pago pelo INSS ou pelo Regime Próprio de Previdência.

Art. 4º - Constituem requisitos de elegibilidade para fruição dos benefícios:

a) ter o deputado 65 (sessenta e cinco) anos de idade, completo;

b) contar com 35 (trinta e cinco) anos de contribuição previdenciária, e

c) pelo menos 8 (oito) anos de contribuição para o Plano de Previdência dos Deputados a ser instituído nos termos do Convênio de que trata o parágrafo único do artigo 75 da Lei nº 12.398/98.

Parágrafo Único - Para efeito de atendimento do requisito de que trata a alínea “b” deste artigo, será per-

mitida a averbação do tempo de contribuição efetuada em favor de Regime de Previdência Oficial.

Art. 5º - Os benefícios de que trata esta resolução não poderão ser concedidos, em hipótese alguma, durante o exercício de mandato pelo deputado.

Art. 6º - Para fins de custeio do Plano de Benefício de que trata esta resolução, serão vertidas contribuições previdenciárias em percentuais estabelecidos a partir de estudo atuarial a ser elaborado pela ParanaPrevidência, devendo-se considerar que haverá contribuição seja por parte da Assembléia Legislativa, enquanto instituidora do plano, seja dos deputados, enquanto segurados.

Art. 7º - Atendidos os requisitos de elegibilidade estabelecidos no artigo 4º desta resolução, será assegurado ao deputado que deixar de ser detentor de mandato eletivo benefício equivalente aos subsídios recebidos pelos deputados em exercício de mandato.

Art. 8º - A contribuição para o plano não será extensiva aos suplentes eventualmente convocados.

§ 1º - Será facultada a contribuição para o deputado que deixar de exercer, temporária ou definitivamente, o mandato eletivo.

§ 2º - A contribuição dos deputados e seus dependentes será mantida mesmo após eventual concessão de benefício.

Art. 9º - A contribuição da Assembléia Legislativa, enquanto instituidora estará limitada à proporção de 2:1 (dois para um).

Parágrafo Único - Para efeito de capitalização inicial do Plano de Benefícios de que trata esta resolução, a Assembléia Legislativa fica autorizada a efetivar o aporte de recursos necessários, em montante a ser apontado no estudo atuarial a ser realizado pela ParanaPrevidência e aprovado pela Mesa da Assembléia Legislativa.

Art. 10 - Os deputados que não obtiveram mandato eletivo de modo a atender aos requisitos de elegibilidade estabelecidos na presente Resolução, terão suas contribuições vertidas para um plano de Contribuição Definida.

Art. 11 - O deputado que completar 35 anos de contribuição e cumprir a carência mínima de 8 anos poderá deixar de contribuir para o Plano, convertendo-se sua reserva em Benefício Soldado.

Art. 12 - Ao deixar o exercício do seu mandato eletivo, o deputado que não desejar continuar contribuindo terá suas contribuições vertidas para um plano de benefício soldado, permitindo-se o resgate da respectiva reserva acumulada, quando do atingimento da idade mínima esta-

belecida na presente resolução ou em casos de morte ou invalidez permanente.

Art. 13 - Será facultativa a contribuição dos novos deputados eleitos a partir da próxima legislatura.

Parágrafo Único - Os deputados referidos no *caput* deste artigo, que optarem por aderir ao Plano de Previdência, estarão sujeitos ao pagamento do acréscimo de contribuição a que se refere o parágrafo 2º do artigo 78 da Lei nº 12.398/98.

Art. 14 - O Plano de Previdência dos deputados não proporcionará, em nenhuma hipótese, a aposentadoria compulsória.

Art. 15 - A contribuição dos deputados será vertida em caráter perene, inclusive durante o período de fruição dos benefícios.

Art. 16 - Caberá à ParanaPrevidência a gestão do Plano de Previdência dos Deputados, nos termos de condições a serem fixados em convênio com esta Assembléia Legislativa, em que deverá ficar consignado, entre outras obrigações daquela instituição, que os recursos vertidos para tal finalidade deverão constituir fundo próprio, com contabilidade à parte, e sujeito a permanente avaliação e fiscalização por parte da Assembléia.

Art. 17 - A implementação do convênio de que trata o artigo 75 da Lei nº 12.398/98, ficará condicionada à convalidação, por parte do Ministério da Previdência e Assistência Social, do Plano de Previdência previsto na presente resolução.

Art. 18 - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 11.12.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO - Presidente

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 006/2003, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos senhores deputados, referente ao mês de março de 2003, conforme Resolução nº 15 de 19/06/92. COM PARACER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 006/2003

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas da verba de ressarcimento para atender despesas dos senhores deputados, conforme Resolução nº 15 de 19 de junho de 1992, artigo 14, referente ao mês de março de 2003.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.04.2003.

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Apoiamento:

José Maria Ferreira, Carlos Simões, Francisco Bühner, Vanderlei Iensen, Antonio Anibelli e 2 ilégíveis.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
PROPOSIÇÃO Nº 021/2003

P A R E C E R :

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição nº 021/2003, prestando contas da verba de créditos para atender ressarcimento das despesas dos senhores deputados, referentes ao mês de março de 2003, regulamentadas pela Resolução nº 15 de 19 de junho de 1992, em seu artigo 14.

Analizando o relatório do movimento para atender despesas constantes da proposição supracitada, concluo que o todo encontra-se de conformidade com a legislação em vigor, dada à exatidão das contas prestadas, deliberando pelo parecer favorável - Aprovado.

Assim sendo, entende este relator pela aprovação da presente proposição.

É o parecer favorável. Aprovado.

Sala das Comissões, em 15.04.2003.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 703 a 705, de autoria do deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 706, de autoria do deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 707, de autoria do deputado Reni Pereira, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 708, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 710, de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 715, de autoria do deputado Delegado Bradock, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 720, de autoria do deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 721, de autoria dos deputados Reni Pereira e Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 723, de autoria do deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 724, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após o término da presente Sessão, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 683/2002 e 127/2003.

Levanta-se a Sessão.